

IGOR ZANONI CONSTANT CARNEIRO LEÃO

A MATRIZ TEÓRICA DE CAIO PRADO JÚNIOR:

A NAÇÃO INCONCLUSA

Este exemplar corresponde ao original
do Tese defendida por Igor Zanon Constant
Carneiro Leão em 2012/74 e enviada pela
Pasta de Juro Maria Lafayette Américo
da Silva.

CPG/IE, 2012/74.

fiança Maria Américo

CAMPINAS

1994

IGOR ZANONI CONSTANT CARNEIRO LEÃO

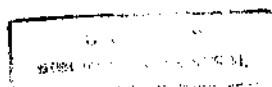
A MATRIZ TEÓRICA DE CAIO PRADO JÚNIOR:

A NAÇÃO INCONCLUSA

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Professora Liana Maria Aureliano

CAMPINAS

1994



Para Estelita, minha mulher, e meus
filhos Gabriel, Tiago, Lucas e Bruno.

AGRADECIMENTOS

O desejo de escrever um trabalho como este surgiu ao fazer o curso do Professor João Manuel Cardoso de Mello na pós-graduação do Instituto de Economia sobre os grandes pensadores do desenvolvimento econômico e social brasileiro. Centrei-me em Caio Prado Júnior por duas razões: a primeira foi o carinho que a Professora Liana Maria Aureliano guarda pela memória desse grande intelectual, militante e empresário. Ambos foram meus orientadores, não bastasse o fato de se constituírem em referências intelectuais e pessoais para mim desde que comecei o curso de graduação no antigo Departamento de Economia e Planejamento Econômico, em 1974. A segunda razão foi meu interesse pelo pensamento marxista, do qual Caio Prado Júnior foi um dos criadores mais lúcidos no Brasil. Lembro aqui as aulas sobre Marx e história econômica do Professor Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, com quem estudei e trabalhei em várias ocasiões. O Professor Alonso teve ainda a bondade de ler e aprovar a versão preliminar deste trabalho.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, nas pessoas do Dr. Carlos Artur Krüger Passos e Dr. Mariano de Matos Macedo, viabilizou meu doutorado e garantiu-me o tempo necessário à elaboração da tese. Mariano, além disso, leu a versão preliminar, instando a que eu a corrigisse e concluísse sem delongas.

Estelita Carneiro Leão providenciou a digitação e fez a revisão do texto, tonando-o em muitos pontos mais claro.

Finalmente, Demian Castro e Nádia Z. Raggio garantiram-me um companheirismo de anos, no cálido ambiente de trabalho do IPARDES.

De todos estes sou devedor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS	7
2 O MECANISMO DO DESENVOLVIMENTO	35
2.1 PERIODIZAÇÃO	35
2.2 DINÂMICA	49
3 PROPOSTAS	70
4 CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO	81
5 CRÍTICA A MATRIZ TEÓRICA	106
CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

INTRODUÇÃO

Procuro neste trabalho reconstruir a matriz teórica elaborada por Caio Prado Júnior ao pensar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para avaliar o pioneirismo e a especificidade de sua contribuição, começo por situar, nesta introdução, Caio Prado no contexto de sua geração e, posteriormente, no do pensamento marxista nacional.

Como assinala o Professor Fernando Novais em "Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira", os críticos anos 30 nos quais nosso autor começa a escrever criaram condições para a transformação do quadro de pensamento anterior, marcado pela ausência de um verdadeiro espírito crítico. O ambiente histórico desses anos pauta-se pela grande crise, econômica e política, a crescente intervenção do Estado, nos planos internacional e nacional, a ascensão do fascismo na Europa, que despertou forte interesse no País, e a constituição, no quadro da III Internacional, de uma visão marxista sobre o desenvolvimento dos países sul-americanos, à qual Caio Prado Júnior sempre se contrapôs. Como se sabe, teve por companheiros de geração Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, os quais, seguindo orientações diversas e mesmo contrastantes, formaram um núcleo consistente de grandes "explicadores do Brasil". Ainda hoje nos faz falta um estudo amplo e rigoroso que compare a contribuição desses três autores, bem como a de Oliveira Vianna, única exceção, na visão de Caio Prado, como

pensador consistente, apesar de seu conservadorismo, na produção intelectual pré 30.

No plano da história econômica, que nos interessa mais de perto neste trabalho, todavia, o melhor contraponto a Caio Prado é Roberto C. Simonsen, cuja *História Econômica do Brasil (1500/1820)* é de 1937. Lembremos, portanto, em que consiste o livro de Simonsen, para ressaltarmos em seguida a especificidade da contribuição de Caio Prado Júnior nesse plano. Segundo Afrânio Peixoto, no prefácio ao livro, este consistiu na primeira tentativa bem-sucedida de escrever uma história econômica do Brasil, em oposição às anteriores histórias políticas e administrativas. Simonsen teria buscado, com ela, a "infra-estrutura decisiva e fundamental da história descritiva tradicional", permitindo ver a história do País no contexto da história da América e do mundo. O próprio Simonsen destaca a importância da história econômica para a compreensão da história política e militar nos tempos modernos, acentuando o pequeno interesse dos historiadores nacionais pelo tema, ressaltando entretanto alguns, como Varnhagen, Capistrano de Abreu e, sobretudo, Pandiá Calógeras.

O livro destacará, segundo seu autor, a era colonial por "[...] ter sido na era colonial que se formou a trama asseguradora da estrutura unitária do país, buscando clarificar os fatores externos que influenciaram o nosso período embrionário, que tiveram ação e que continuam a atuar na modelagem da nossa formação econômica". Assim, Simonsen estuda inicialmente o período de transição para o capitalismo na Europa, enfatizando a revolução comercial como condição prévia ao nascimento da revolução industrial. No interior da revolução

comercial formam-se grandes regiões agrícolas dentro de uma nova divisão internacional do trabalho e são adotadas pelos grandes e emergentes estados nacionais europeus políticas coloniais específicas que atuaram em nosso passado e ainda atuam, dada a natureza tropical da maior parte da produção brasileira.

A formação e atualidade econômica do Brasil é pois estudada a partir do seu passado colonial, destacando as diferentes condições nas quais se desenvolve nossa economia em contraposição à das demais nações, européias. No Brasil, a colonização recorreu à agricultura, em um meio pouco atraente ao elemento europeu e adstrito a produtos tropicais, trazendo os portugueses uma grande massa de população africana que se reuniu à primitiva população autóctone. A partir daí, Simonsen sumaria os primórdios da invasão portuguesa, bem como da Espanha, em sua relação com a expansão comercial, e o domínio e aproveitamento dos territórios ultramarinos, examinando em seguida a forma inicial de aproveitamento das terras de Santa Cruz e as políticas coloniais criadas como ponto de partida para a economia do açúcar.

Simonsen levanta a seguir um conjunto de temas sobre os quais acumula grande material empírico e estatístico, como o ciclo do açúcar, na gênese da colônia marcada pela grande exploração de produtos tropicais com mão-de-obra servil, primeiro indígena e depois africana; a expansão da pecuária e sua importância para a unidade do Brasil; o ciclo da mineração, relacionado com a expansão paulista para o interior; os fundamentos da ocupação do Amazonas; o balanço do comércio da era colonial e os primeiros momentos de vida autônoma após a

vinda de D. João VI ao Brasil. Todos esses temas, entretanto, recebem escasso tratamento analítico, o que explica o sucinto comentário de Caio Prado ao livro: "trabalho sobretudo informativo". Não é por outro motivo que os pontos levantados por Simonsen reaparecerão sob outro tratamento em Caio Prado Júnior (como, mais tarde, em Celso Furtado com sua *Formação Econômica do Brasil*, cuja primeira edição é de 1955).

Em Caio Prado Júnior, desde a *Formação do Brasil Contemporâneo* (1ª edição, 1942) e *História Econômica do Brasil* (1ª edição, 1945), as preocupações de Simonsen são retrabalhadas a partir de uma visão do Brasil como país que transita da condição colonial para a de nação independente e autônoma, transição ainda incompleta, mas cujo desenrolar é o foco contínuo de Caio Prado. Este reorganiza, portanto, o material de Simonsen, e levanta um vasto conjunto de documentos e informações que examinará desde a sua ótica, compondo uma obra historiográfica cujo centro é uma matriz teórica bastante definida. A construção de uma economia e sociedade nacionais ganha aí o primeiro plano, no qual diversos aspectos da vida da colônia e depois país independente são elaborados, desde a vida material à vida social e política. A obra de Caio Prado, mesmo no que se refere mais estritamente à história econômica, forja-se com um aparato analítico e ideológico verdadeiramente pioneiro. Como veremos, a força da obra de Caio se estenderá até um autor como Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, e, na verdade, até a historiografia contemporânea.

Passemos agora a situar nosso autor no interior do pensamento marxista brasileiro. Sua posição em relação à ortodoxia marxista nascida depois da ascensão de Stálin ao

poder e da influência da III Internacional é bastante conhecida graças ao seu livro *A Revolução Brasileira*. Como coloca Florestan Fernandes no seu necrológio de Caio Prado Júnior,

Nessa obra, Caio Prado Júnior procede a uma crítica severa dos desvios de rota da revolução socialista, programados e impostos como uma deformação do marxismo; o uso invertido e ditatorial do centralismo democrático; a simplificação grosseira da teoria e das práticas marxistas da luta de classes e da revolução em escala mundial. Os países dependentes, coloniais e neocoloniais, tinham sido metidos em um mesmo saco e em uma mesma camisa de força que pressupunham que a revolução pudesse ser unívoca, monolítica, dirigida segundo uma fórmula única, a partir das diretrizes da 3ª Internacional e da União Soviética.

Caio Prado rompe com a visão marxista dominante segundo a qual a humanidade em geral e cada país em particular teria de passar através de estádios sucessivos copiados da experiência histórica européia, o que implicava que a conjuntura do processo histórico-social brasileiro refletia a transição de uma fase feudal ou semifeudal para a democracia burguesa e o capitalismo. Para Caio, a formação histórica brasileira teria sido totalmente distinta da européia, o que implicava nova visão teórica, novas tarefas práticas e novos suportes políticos no interior da transição de uma condição essencialmente colonial, para a de nação, tal como ele entendia o termo e explicitaremos adiante.

Todavia, o marxismo crítico e original de Caio Prado Júnior está presente já no seu primeiro livro, *Evolução Política do Brasil* (1ª edição, 1933), no qual, segundo a observação de Carlos Guilherme Mota, "a luta de classes, como categoria analítica, penetra em nossa historiografia". Trata-se de um marxismo crítico na medida em que jamais resvala para o determinismo econômico ou mecanicismo, apontando, como em *Formação do Brasil Contemporâneo*, para um "movimento conjunto de análise", na expressão de Fernando Novais, no qual relações causais dão lugar a conexões de sentido entre os aspectos

demográficos, econômicos e sociais estudados. Por outro lado, ainda utilizando o artigo de Fernando Novais,

Parece claro que, nos últimos anos, na América Latina, vem ocorrendo um florescimento de um marxismo mais criativo e crítico, em contraposição ao esquematismo e dogmatismo tradicionais. Penso, assim, que uma futura história do marxismo na América Latina vai apontar essas duas fases, bem como o diálogo com a chamada "economia cepalina" como o ponto de renovação. A discussão e crítica das formulações da CEPAL parece ter levado a uma revitalização do marxismo, passando-se de uma concepção um tanto tosca para uma visão mais aberta e refinada. [...] Há, não obstante, exceções inquietantes, que se expressam na obra de José Carlos Mariátegui e, entre nós, de Caio Prado Júnior, que são pensadores com as características da segunda fase, embora tenham escrito durante a vigência da primeira (p.24).

Deve-se observar, contudo, que as afirmações acima sobre a originalidade e o espírito crítico de Caio Prado Júnior dizem respeito ao trabalho de historiador, que foi o aspecto mais saliente e importante de sua atividade intelectual. Isto porque, quando seu trabalho se desdobra na reflexão filosófica, na análise econômica e nas observações de viagem pelos países socialistas, encontramos um outro Caio Prado, vítima do mesmo doutrinário vulgar que como historiador soube superar tão bem.

Nos capítulos iniciais deste trabalho reconstruímos a matriz teórica de Caio Prado Júnior: seus conceitos fundamentais, a periodização do desenvolvimento, a dinâmica deste e as propostas políticas para a "revolução brasileira". Fazemos em seguida uma comparação entre a análise de Caio Prado e a de Celso Furtado, apontando todo o débito do segundo para com o primeiro, bem como o rigor analítico mais apurado em termos de economia de Furtado. O último capítulo reúne alguns elementos para a crítica de Caio Prado Júnior.

1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Júnior assinala como, na colonização americana, a nova escravidão, ao contrário do mundo antigo, veio desacompanhada de qualquer elemento construtivo,¹ a não ser no aspecto restrito da realização de um negócio, ainda que com bom proveito para seus empreendedores. É devido a esse objetivo tão unilateral que os povos colonizadores põem de lado os princípios e normas essenciais em que se fundamentavam sua civilização e cultura, o que resultou em degradação e dissolução, repercutindo no próprio terreno do progresso e da prosperidade material. Mais graves ainda serão as conseqüências da escravidão para as colônias americanas (e sobretudo, evidentemente, para os povos africanos), devido ao princípio que a anima.

Em *A Revolução Brasileira*, o autor volta a insistir na precariedade e unilateralidade do negócio como critério para a formação da nação. Ao contrário, é a prevalência desse critério que explica a continuidade de uma economia de caráter colonial, isto é, "[...] uma economia voltada essencialmente para o atendimento de necessidades estranhas que não são as do grosso da comunidade que a compõe e dinamiza" (p.246). Ou seja: uma economia em que o negócio (isto é, o vínculo mercantil e a motivação do lucro) predomina sobre as necessidades humanas transformadas em simples meio ou pretexto para aquele negócio.

¹Provavelmente, Caio Prado quer se referir à contribuição de poetas, filósofos e pedagogos oriundos de povos dominados às grandes civilizações clássicas.

Numa economia de caráter nacional, posto que capitalista, o negócio e as necessidades humanas a que ele atende se articulam e até certo ponto confundem dentro de um mesmo corpo social. Numa sociedade formada, desde a sua gênese, sob o signo do negócio, e estruturada por ele, isso não ocorre, uma vez que a grande massa que a compõe veio a participar basicamente como contribuinte com sua força de trabalho para a realização do negócio pretendido (p.247).

Fica claro, portanto, que, para Caio Prado Júnior a predominância do negócio como eixo da vida econômica permite distinguir dois tipos de sociedades: sociedades coloniais e nacionais, segundo se articulem ou não em seu interior as figuras do trabalhador como produtor e como consumidor. O que caracteriza, desde já, a colônia, é a redução, na pessoa do escravo, do trabalhador à simples expressão de força bruta, material, sob o açoitado do feitor, a que se acresce, na mulher, a passividade da fêmea na cópula, sem outro elemento ou concurso moral: "A 'animalidade' do homem, não sua 'humanidade'" (FBC, p.272). Colônia e nação, assim, se definem como pares antitéticos, a partir de um critério valorativo. Os dois termos são usados pelo autor, simultaneamente, como valores e categorias analíticas, tendo na base a noção de negócio e as possibilidades que ele pode oferecer, em cada caso, ao trabalhador, referentes ao seu consumo e manifestação cultural, enfim, à sua "humanidade". Os dois conceitos, os conceitos fundamentais na obra do autor, são construídos não de forma ideal, a partir da qual seu jogo permitirá escrever uma história, mas, ao contrário, são exaustivamente construídos a

partir do exame da história, de suas contradições e do seu desenvolvimento.

Assim, as noções associadas ao conceito de nação - soberania, democracia, igualdade social, homogeneidade social e industrialização - são construídas observando a trajetória dos países de capitalismo desenvolvido, como resultados de uma história e das lutas sociais que a constituíram. Por outro lado, o conceito de colônia será resultado de uma minuciosa investigação e reconstituição histórica, a qual determinará em cada momento decisivo da vida da sociedade a ruptura e a continuidade no desenvolvimento da colônia até a nação. Ao mesmo tempo, a constituição da nação, ou o término da transição de colônia à nação, é uma proposta política e social que deve buscar na especificidade da vida da sociedade, na sua história, sua forma de viabilização. O ponto de partida da história do País é, pois, a colônia e seu ponto de chegada a nação, termos entre os quais media o desenvolvimento, feito de rupturas parciais do antigo estatuto, e esse desenvolvimento é a própria história e sua compreensão é a compreensão da história.

É importante observar que Caio Prado Júnior se manteve fundamentalmente, ao longo da sua obra (deixando de lado seu trabalho como filósofo) como historiador, sem o aparato analítico em economia que possuiriam autores filiados à CEPAL ou um autor como Celso Furtado. Entretanto, suas vistas se voltaram sempre à busca de alternativas ao desenvolvimento material, embora não de qualquer desenvolvimento mas de um desenvolvimento "nacional". Seja por isto, seja porque, dada sua formação marxista, procurou na história seu cerne material, ao qual se articularia, formando um todo com sentido, a vida

política e social do País, o autor trabalha, no exame do desenvolvimento da colônia à nação, com os conceitos básicos de economia colonial e economia nacional, e é nesses conceitos, e não diretamente nos de colônia e nação, que nos centramos ao estudar sua obra.

Passemos, pois, em primeiro lugar, ao exame do conceito de economia nacional, "ponto de chegada" do desenvolvimento, que servirá, por contraste, a uma adequada compreensão do "ponto de partida", a economia colonial. O texto mais importante nessa passagem será *História e Desenvolvimento*, mas não nos dispensamos as referências complementares em outras obras, especialmente em *História Econômica do Brasil*.

Desde logo, a economia nacional e o desenvolvimento em bases verdadeiramente nacionais implicam o atendimento aos interesses gerais e permanentes da grande maioria da população brasileira (H e D, p.10), isto é, implicam a superação da exclusão social e da miséria e, portanto, a igualdade social. É esse atendimento que, assegurando uma base larga para o consumo, como elemento impulsionador primário e consistente do aumento da produção, pode assegurar ao País o progresso auto-estimulado e seguramente sustentado característico dos países avançados, os quais servem inadequadamente de modelo às teorias do desenvolvimento de cunho ortodoxo (p.11). A economia nacional supõe, portanto, a superação dos ínfimos padrões materiais de vida característicos do País e da grande massa da população que o compõe, gerados no interior da manutenção da economia colonial. Assim, o desenvolvimento rumo a uma economia nacional é condição indispensável para garantir ao País e à generalidade do seu povo o conforto e o bem-estar material e

moral conquistados nos países que alcançaram a civilização e a cultura moderna (p.17). O surgimento de um mercado interno e um consumo significativos estão na base da afirmação da economia nacional, na medida em que minam irremediavelmente as bases da sociedade colonial que fizeram do País e da sua estrutura sócio-econômica antes um produtor de mercadorias voltadas ao consumo externo que um consumidor.

Mas o atendimento das necessidades próprias da coletividade que compõe o País garante a este liberdade e autonomia, e a soberania surge assim como outro atributo próprio da economia nacional. Noutros termos, a conformação de um amplo mercado interno e a promoção da igualdade e homogeneidade sociais são elementos básicos para a superação da situação de dependência característica de um país no qual o processo de constituição da nação e da economia nacional ainda não se completou.

Nos países avançados, a industrialização e o crescimento do consumo e de um amplo mercado interno caminharam juntos, reforçando-se mutuamente ao garantir um melhor aparelhamento e uma maior eficiência das atividades produtivas que atendiam àquele consumo. Há uma solidariedade entre avanço da industrialização, em cada etapa e fase sucessivas ajustadas ao nível e aos padrões gerais da época e do país em que se verificou, e o avanço do mercado interno abrangendo o conjunto da sociedade. No Brasil, ao contrário, a industrialização não objetivou nem implicou o aparelhamento mais eficiente das atividades produtivas para o melhor atendimento do consumo da sociedade e da economia em que se insere, mas a satisfação de necessidades de um consumo muito especializado de reduzidos

setores que contingências ocasionais não permitiram fossem atendidos, como antes, por fornecedores do exterior. Na medida em que ocorre uma falta de paralelismo entre o crescimento econômico do País e das necessidades gerais e fundamentais dele e da população, por um lado, e por outro o ritmo de progresso industrial, isto se reflete em falta de continuidade do processo de industrialização e de seu progresso gradativo e sustentado, no crescimento desproporcionado da produção de bens de consumo final e numa inconveniente distribuição e estruturação das atividades industriais (p.80).

Assim, se a industrialização é uma característica constitutiva da economia nacional, ela só garante o aparelhamento econômico de base e dos bens de produção, bem como o preparo tecnológico e a formação de quadros para o manejo e gestão das atividades industriais, ou seja, só se constitui em tal característica na medida em que permite a gênese de uma estrutura industrial integrada, que tem por base a articulação entre industrialização e atendimento em conjunto das necessidades do conjunto da sociedade e da economia. Esta postura do autor procura, pois, articular industrialização, crescimento concomitante do mercado interno (reforçando a própria industrialização e sendo por ela reforçado), progresso técnico endógeno e formação de quadros num movimento de desenvolvimento que seria característico de uma economia nacional.

É esse círculo virtuoso que caracteriza a economia nacional e é seu desenvolvimento que impede a heterogeneidade social. Ele implica absorção do crescimento demográfico verificado e particularmente os excedentes expelidos e

deslocados do setor agrário, enquanto o contrário ocorre numa economia que conserva heranças coloniais² como a brasileira, a qual possui ainda um passivo de largo e crescente desemprego mais ou menos disfarçado e uma progressiva marginalização, tudo isto perpetuando e agravando uma defeituosa estrutura social com seus extremos de relativa abundância de um lado e de outro grandes contingentes de população vivendo nos limites da sobrevivência biológica (p.81).

A todas essas características da economia nacional soma-se a dominância do capital nacional no processo de acumulação industrial. Numa economia como a brasileira, ao contrário, a presença do capital internacional, dominante e decisiva no processo de acumulação, tende a reforçar a função exportadora e a prevalência da produção sobre o consumo. Uma vez que a remuneração do capital estrangeiro representa pagamento no exterior só satisfeito com a única fonte apreciável de divisas de que o País dispõe, a obtida com as exportações, há uma estreita dependência que o predomínio dos empreendimentos internacionais na indústria brasileira acarreta sobre a industrialização e a exportação do País (p.80).

O processo de industrialização, entretanto, apesar das características apresentadas no caso do Brasil - ausência de uma infra-estrutura consistente e sólida, de que resulta uma produção não integrada, sem versatilidade e flexibilidade e sem perspectivas amplas porque assentada num mercado restrito -, apresenta uma abertura para um novo sistema econômico, uma economia nacionalmente integrada e voltada ao atendimento da

²Entendendo como herança a reposição, em formas novas, do passado, mas não a repetição deste.

coletividade humana nela engajada, contrariando a tradicional função exportadora.

É, pois, refletindo sobre a experiência dos países capitalistas adiantados e contrapondo-a à da economia brasileira, que Caio Prado Júnior constrói seu conceito de economia nacional, como vimos, categoria analítica e valor a ser alcançado, cujo grau de realização todo o tempo se investiga. Em todos os seus textos anteriores Caio Prado Júnior trabalha com esse conceito sempre de forma semelhante. Assim, em *História Econômica do Brasil* o autor assinala, examinando a crise de 30 e as respostas à mesma, a germinação de uma nova estrutura econômica interna, cujo progresso se condicionava ao desenvolvimento do fator consumo sobre a produção. O autor percebia, apesar da crise e das dificuldades de toda ordem que ela implicava, o nascimento de uma produção brasileira de consumo interno e a acentuação do processo de nacionalização da economia do País, em prejuízo do papel tradicional de fornecedor de matérias-primas e gêneros tropicais. Novamente, economia nacional representa aqui ampliação do mercado interno, industrialização e nacionalização da acumulação. Ao mesmo tempo, percebia que o processo de substituição de importação gerou uma estrutura industrial mal estruturada e mal fundamentada, na medida em que os diferentes setores do parque industrial não se estruturaram um em função do outro, ajustando-se mutuamente para formarem um conjunto harmônico. Isto se dava porque cada indústria nasce objetivando atender apenas alguma pequena necessidade incapaz de ser satisfeita pelas importações, continuando o País a depender, muitas vezes, das mesmas importações, especialmente no caso de produtos

básicos como os da metalurgia, mecânica, química, etc. (p.319). Seu juízo, portanto, era que a indústria brasileira, surgindo e desenvolvendo-se freqüentemente por causa de embaraços opostos às importações, constituía-se, como no passado, em grande medida, em fruto de expedientes ocasionais voltados à solução de problemas prementes de abastecimento, gerando-se improvisação e expansão industrial desordenada, em geral ligada ao consumo de setores restritos de maior poder aquisitivo, sem o atendimento suficiente das necessidades gerais e fundamentais do País. E sobretudo sem se difundir pelas atividades rurais que ainda constituíam a base principal da economia brasileira (p.351). Noutros termos, a economia nacional, enquanto constituída por estrutura industrial integrada, ainda estava por se formar. Há aqui uma definição por contraste do significado de economia nacional.

Por outro lado, a economia nacional não se havia gestado na medida em que a industrialização (anos 50, especialmente) se fez com o concurso de organizações estrangeiras cujos centros diretivos estavam fora do alcance da economia brasileira e de seus interesses próprios, ao acaso de impulsos e iniciativas desses centros. Faltava pois à indústria brasileira a base para um verdadeiro progresso de amplas perspectivas (p.358). Aqui, novamente, economia nacional significa nacionalização da acumulação.

Em *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Júnior volta a insistir no conceito de economia nacional como organização e sistema econômico voltados essencialmente e fundamentalmente para a satisfação das necessidades da população, dando-lhe um nível de existência semelhante aos padrões de civilização e

cultura dos países desenvolvidos (p.81). Nesse texto, o autor explicita claramente o conceito de estrutura industrial integrada, no qual as atividades produtivas (e o trabalho e a ocupação nelas implicados) e o mercado consumidor se conjugam num todo único, e a produção se volta essencialmente à satisfação do consumo e das necessidades da população que a ela se dedica. Em uma economia integrada, contraposta à economia colonial, atividades produtivas e mercado consumidor mutuamente se estimulam e reforçam, minimizando o episódio das crises econômicas (novamente aqui, o viés subconsumista do autor) p.150. Em várias passagens (p.162, 229, 242) fica explícita a consideração por Caio Prado Júnior da experiência histórica dos países desenvolvidos na direção de uma economia nacional, como países nos quais o desenvolvimento capitalista se fez em função de necessidades próprias e internas, na base de um mercado e capacidade de consumo proporcionados por aquelas necessidades que estimulam o desenvolvimento, partem dele e com ele crescem. Esse processo não exclui as experiências dolorosas geradas pelo próprio desenvolvimento, como a proletarização em massa e a destruição do antigo artesanato, mas na medida em que as lutas reivindicatórias do crescente proletariado se fizeram sentir, elas puderam ser enfrentadas com o progresso técnico que, diminuindo custos e aumentando a produtividade, permitiu o atendimento progressivo das reivindicações e a ampliação do consumo e do mercado, além da aceleração da acumulação e das inversões criadoras de novas atividades produtivas. Nessa medida a democracia é componente fundamental na gestação de uma economia nacional.³

³Esse é um erro histórico do autor, que ignora o autoritarismo presente, por exemplo, na Alemanha de Bismarck.

É esse o ponto de chegada: o nível de civilização e cultura materiais (e pensando mais globalmente na nação, não apenas no nível material), constituindo a economia nacional, espelho para a nação brasileira em formação. É preciso agora examinar o ponto de partida dessa nação inconclusa: a economia colonial.

Em *História e Desenvolvimento* fica claro, desde logo, que o traço essencial da economia colonial é não ter por base o atendimento das necessidades da população, mas se constituir em uma organização fundada na produção de gêneros primários demandados no mercado internacional. Isto determinará uma estrutura, um comportamento econômico e mesmo relações de produção distintos daqueles de países capitalistas desenvolvidos ou amadurecidos (p.22). Tais características, na sua gênese, ligam-se ao modo pelo qual o Brasil se formou no interior do mundo moderno saído da Idade Média, originando específica formação demográfica, distribuição geográfica da população, estrutura sócio-econômica e demais elementos característicos da nacionalidade brasileira. Dentro desse sistema internacional constituído a partir do século XVI, o Brasil figuraria primeiro como território, depois como uma coletividade humana em vias de integração e finalmente como país e nação marginal e periférica, destinada a servir de espaço para a atividade do negócio característica dos países na liderança do desenvolvimento capitalista (p.29).

A "qualidade" da economia brasileira, sua natureza, mesmo depois da independência e da integração do Brasil na ordem capitalista sem a mediação do Reino, permanecerá a de

fornecedor de produtos primários e tropicais, mantendo essa economia características coloniais (p.31). Tais características da economia colonial são percebidas por contraste com a noção de economia nacional, mediante uma minuciosa investigação da formação histórica do País. Assim, estudando a economia do açúcar, Caio Prado Júnior observa que não é ela que se conforma e adapta às necessidades de uma sociedade preexistente em demanda de uma base para a subsistência. Ao contrário, é a busca de realização de um negócio com o objeto de atender às necessidades do comércio europeu e de um consumo estranho ao país de que se origina, dispõe e organiza essa sociedade colonial, em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e mesmo culturais e psicológicos. Nesse sentido, a economia colonial apresentará como elementos básicos a grande exploração monocultora e o trabalho escravo (a princípio de indígenas e depois de negros), bem como instituições e estruturas sociais determinadas pela função comercial da colônia. Da mesma forma, essa função explica a pequena importância de um setor camponês na economia agrária da colônia e a insignificância das categorias médias da população (p.46). Tal estrutura social não oferece condições favoráveis para o surgimento de um mercado para atividades produtivas diferenciadas, reiterando sua estrutura básica através de ciclos sucessivos engendrados pela conjuntura do mercado externo para um ou outro gênero primário da produção colonial. As modificações estruturais na sociedade brasileira não apagarão seus traços originários, como a inferiorização das suas classes trabalhadoras e populares e os baixos padrões tanto culturais como materiais e de consumo, dando a medida de um mercado interno insuficiente como base e

força propulsora para a diferenciação de atividades, em especial o nascimento da indústria.

Fica reiterado, portanto, na economia colonial, o caráter de produtor antes que de consumidor do País, que volta suas atividades produtivas basicamente para um mercado estranho, mesmo depois de conformadas as fronteiras políticas nacionais. O mercado interno não se forma paralelamente ao externo e situado em plano semelhante, mas é antes uma função deste e deriva-se dele. Já se percebe, pois, no conceito de economia colonial, a preocupação do autor com a não satisfação das necessidades básicas da população que trabalha, seu exíguo consumo, implicando uma falta de organicidade dessa economia e uma desarticulação estrutural entre produção e consumo e entre mercado interno e mercado externo. Todas essas características da economia colonial e suas articulações com o conjunto da vida da colônia são recolhidas pelo trabalho do historiador.

Todas essas observações são insistentemente repostas, sintetizadas ou analisadas ao longo desse trabalho de historiador. Assim, em *História Econômica do Brasil* Caio Prado Júnior insiste no caráter mercantil da colonização dos trópicos a partir do século XVI, situando na exploração dos recursos naturais do território virgem em proveito do comércio europeu o sentido da colonização, com seus rebatimentos sobre os elementos fundamentais, sociais e econômicos, da formação e evolução desse território. A colonização portuguesa aspira, para sua colônia americana, ao papel da simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano, objetivo que perdura até o fim da época colonial, mantendo o Brasil sob um rigoroso regime de restrições econômicas e

opressão administrativa, abafando a maior parte das possibilidades do País (p.55). Examinando a economia do ouro, a colonização da Amazônia, a cultura do algodão ou do açúcar, ressalta sempre o papel da função exportadora na economia colonial, traduzindo-se sempre em inibição de formas econômicas e sociais mais orgânicas e elevadas. Essa mediocridade da vida colonial fica clara no aperfeiçoamento técnico praticamente nulo seja na agricultura seja em suas indústrias complementares, que se explica pelo sistema geral da colonização, bem como no parco desenvolvimento industrial, fruto do mesmo regime econômico que mantinha a colônia em seus estreitos horizontes.

Mesmo após a Independência, o desenvolvimento da lavoura escravista do café reforça a estrutura tradicional da economia brasileira, voltada para a produção intensiva de uns poucos gêneros primários destinados à exportação, não se constituindo uma economia nacional que seria a organização de produção em função das necessidades próprias da população que dela participa. Embora a Independência e mais tarde a transição para o trabalho assalariado assinalem o desenvolvimento da economia colonial para a economia nacional, num processo complexo que estudaremos adiante, as características básicas da primeira não serão superadas. Mesmo no século XX, e profundamente alterada a face do capitalismo internacional do qual o Brasil participa, com o advento do imperialismo, a economia colonial continuará dominante como característica da economia brasileira,⁴ na medida em que esta se engrena nesse sistema como fornecedora de

⁴Esta visão é fruto de um formalismo do autor, que vê economia colonial no fato de a economia brasileira assentar seu dinamismo na exportação de produtos primários.

produtos primários cuja venda nos mercados internacionais proporciona os lucros do mesmo. Ainda que as atividades econômicas e internas se desdobrem, apenas reduzidos setores internacionalizados se beneficiam do sistema, deixando à margem o restante da população brasileira e sobretudo o País em seu conjunto (p.357). Mercado interno reduzido, atraso tecnológico, estrutura agrária concentrada, baixo nível e padrão econômico da população brasileira, tais são, entre outros, os remanescentes da economia colonial.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Júnior assinala como a colonização não se orientou para a constituição de uma base econômica sólida e orgânica, mediante a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nele habita, dado o sentido da colonização, que torna subsidiário e destinado a amparar o comércio externo de gêneros tropicais ou minerais tudo o que não seja pertinente a esse sentido. Daí as características fundamentais da economia colonial, a específica organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dele resulta, sua orientação para o exterior como simples fornecedora de comércio internacional, características que se observarão ainda ao cabo do período colonial, gerando uma base precaríssima para a economia brasileira na medida em que esta não pode contar com forças próprias e existência autônoma. Por isto, destaca-se na economia brasileira, por um lado, sua estrutura, como organismo meramente produtor e não consumidor,⁵ e constituído só para isso, opondo um reduzido número de empresários e dirigentes a uma grande massa da

⁵ Ou antes: como um consumidor específico, ou, se quisermos, limitado ou restrito.

população como elemento apenas propulsor da produção; por outro lado, seu funcionamento, como fornecedor do comércio internacional por ele reclamado e de que ele dispõe; e, finalmente, sua evolução, como exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do País (p.129).

É característica de tal economia colonial a heterogeneidade social associada à escravidão, ao sistema econômico da colônia e à instabilidade que caracteriza a economia e a produção brasileira, impedindo o aproveitamento de "resíduos sociais inaproveitáveis" (p.285). Da mesma forma, são constitutivas dessa economia a falta de "nexo moral" e a pobreza de seus vínculos sociais, no sentido de conjunto de forças de aglutinação, coesão e compactação social.⁶ Ela se definirá, antes, pela desagregação e dispersão, bem como pela inércia infecunda que explica a estabilidade da vida colonial brasileira (p.345). Novamente, aqui, traços distintivos da economia colonial são a pobreza, a heterogeneidade social, a estabilidade fundada na inércia e não no dinamismo autônomo, explicados em última análise pelo sentido da colonização ligado aos interesses do comércio europeu.

Mas é em *A Revolução Brasileira* que as características da economia colonial serão mais detalhadas e elaboradas. Em primeiro lugar, volta-se à idéia da colônia e da economia colonial como ponto de partida para a formação da nação e da economia nacional. O Brasil entra na história como área

⁶O que Caio Prado chama de ausência de "nexo moral" é a divisão da sociedade brasileira, a inexistência de uma cultura comum, de uma ética que unifique essa sociedade. Trata-se do problema da identidade nacional, presente em tantos autores como Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Machado de Assis e outros. O "nexo moral" é, rigorosamente, a solidariedade nacional dada pela cultura.

geográfica ocupada e colonizada com o objetivo primordial de se extrair dessa área produtos destinados ao abastecimento do comércio e mercado europeus, emergindo progressivamente para a constituição, ainda não conquistada de todo, de coletividade e sociedade nacionalmente organizadas, num desenvolvimento marcado por momentos de ruptura parcial com a economia colonial no qual se articulam determinações externas e internas ao espaço do País. Na verdade, e como já vimos em outro texto do autor, mesmo sob o imperialismo e abolida a escravidão, do ponto de vista do moderno sistema internacional a economia brasileira continua a se integrar no mesmo como fornecedora de produtos primários cuja venda nos mercados internacionais gera os lucros dos trustes imperialistas. Assim, o processo comercial do qual os trustes ocupam o centro subordinam as atividades econômicas do País e suas perspectivas futuras. Industrialização e desenvolvimento econômico são ao mesmo tempo estimulados e travados nesse contexto (p.81-85).

Definindo mais elaboradamente a economia colonial, Caio Prado Júnior nota que, em sua organização, a organização produtiva e o mercado consumidor acham-se desarticulados entre si e não se integram num conjunto orgânico e, portanto, não se entrosam nem se completam, não se amparam nem estimulam mutuamente. Não conta, pois, com forças próprias e existência autônoma. Noutras palavras, produção e consumo não se integram como no caso de uma economia nacional com uma estrutura industrial virtuosa formada como base para a população que nela se apóia e destinada a mantê-la (p.154). Na verdade, o que temos na economia colonial é o círculo vicioso da dependência, na medida em que ela comporta um aglomerado humano heterogêneo

e inorgânico, sem estruturação econômica adequada, e em que as atividades produtivas de grande expressão não se entrosam com as necessidades da população. Gera-se aí uma insuficiência de estímulos para aquelas atividades, dados os baixos padrões e nível de vida da grande massa da população, e a ocupação e recursos adequados àquela população não podem ser assegurados, fechando-se o círculo vicioso da dependência, da heterogeneidade social e da pobreza. A produção não é estimulada pois falta consumo, mas este também carece de um nível adequado de atividades produtivas, que a importância cada vez menor em termos comerciais do fornecimento de gêneros primários não pode suprir.

O resultado evidente desse círculo vicioso é uma estrutura industrial ligada ao consumo conspícuo de minorias, e a pobreza e miséria de grande parte da população, vivendo num estado de primitivismo, como dá exemplo a favelização nos grandes centros urbanos, e as limitadas perspectivas para o desenvolvimento industrial que daí resulta. Essa é, na verdade, a principal característica, e característica fundadora, do conceito de economia colonial: a miserabilidade das massas, e o extremo afastamento material e cultural, entre si, das categorias sociais, refletindo na mediocridade do conjunto (p.240). Tais são, pois, as marcas definidoras do conceito de economia colonial: a dominância da produção para mercados externos, a desarticulação entre produção e consumo, a desigualdade e heterogeneidade sociais, a estrutura industrial que não se completa, a perda de dinamismo econômico, a dependência.

Entre o ponto de partida, a economia colonial, minuciosamente descrita em sua gênese e funcionamento, e o ponto de chegada, a economia nacional, media o desenvolvimento, que, por ser um processo ainda inconcluso, é examinado sob a ótica das rupturas parciais com a ordem antiga e sob a ótica das propostas para a conclusão desse processo de transição. Estudaremos nos próximos capítulos como Caio Prado Júnior aborda essas questões. Aqui importa tecer algumas considerações sobre o que se entende por desenvolvimento na leitura do autor.

Em *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Júnior deixa claro que a abordagem da atualidade brasileira só pode ser feita sob essa dupla ótica do desenvolvimento, ou seja, há que considerá-la como uma situação transitória entre o passado colonial e o momento em que o Brasil se constitui como área geográfica colonizadora com vistas ao abastecimento do comércio e do mercado europeu e de outra parte o futuro (para o autor, bastante próximo) em que o País e sua população nacionalmente estruturados comportarão uma organização e um sistema econômico voltados essencialmente para a necessidade dessa mesma população, colocando-a nos padrões de civilização e cultura contemporâneas. Para o autor, esse futuro não nasce do desejo do pesquisador mas exprime a dinâmica e o sentido profundo da história do País, seja no plano da evolução social - na qual o colono branco que aqui veio estabelecer um negócio e enriquecer se radica e se transforma em integrante da nova nacionalidade, e o indígena e o negro que tornados escravos para contribuir com seu esforço físico e trabalho aos objetivos da empresa mercante colonial tornam-se cidadãos e participantes efetivos da nova vida social integrada que se esboça - seja no plano

econômico, com a diversificação e ampliação das necessidades econômicas e, portanto, a formação e desenvolvimento de um mercado interno determinando modificação gradual das atividades produtivas, como atesta o processo de industrialização. É esse o esquema essencial da história brasileira, a "linha mestra do seu desenvolvimento".⁷ (p.80-85).

Em *História e Desenvolvimento*, sempre trabalhando na direção acima, reivindica para a história o papel que lhe cabe como fonte informativa e explicativa do processo de desenvolvimento, destacando as especificidades de nossa formação e a necessidade de levá-la em conta na análise do desenvolvimento brasileiro. O autor, nesse texto, está discutindo por um lado com os responsáveis pela política econômica do segundo governo militar, que insistem numa economia política que representa a antítese de toda a contribuição teórica do autor nessa área, e por outro com os modelos de crescimento econômico baseados em abstrações feitas a partir da análise da realidade dos países desenvolvidos, em especial as formulações de Rostow, e que para Caio Prado Júnior são inaplicáveis a um país com as características históricas do Brasil. Assim, o autor postula a necessidade de buscar na evolução histórica e na formação econômica e social do País premissas essenciais da problemática atual que é a do desenvolvimento. Isto na sua visão é tanto mais importante quanto se trata de um país "subdesenvolvido", isto é, de um país que não apresenta em suas instituições as formas amadurecidas do capitalismo nem mostra em suas origens as

⁷Como notou certa vez o professor Fernando Novais, Caio Prado pensava que o desenvolvimento brasileiro levaria necessariamente à consecução da "nação", o que conferia à sua análise um viés escatológico.

formas clássicas das quais esse capitalismo nasceu. Além disso, a preferência pela abordagem historiográfica se justifica adicionalmente pelo pequeno recuo no tempo da história do País, que a faz pesar na situação atual, cuja análise exige portanto a consideração de suas premissas históricas. Assim, para o autor, Historiografia, Economia, Sociologia e Ciência Social devem se confundir ou quase confundir no Brasil (como, aliás, em qualquer parte), distinguindo-se, com muitas restrições, apenas nos métodos de pesquisa e elaboração científica, uma vez que o material pesquisado é da mesma natureza.

É, pois, nos fatos concretos da formação e evolução da nacionalidade brasileira que se deve buscar o material básico para compreender o presente e elaborar uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento. A partir daí Caio Prado Júnior traça seu programa de estudo: procurar destacar os traços fundamentais em que se articula o conjunto da história, buscando a direção geral e a dinâmica do processo histórico brasileiro, para compor uma visão precisa do desenrolar desse processo e dos fatores em curso que atuam no sentido do desenvolvimento ou em sentido contrário. Essa é a precondição para a orientação seja de política econômica, seja de política simplesmente. Sem avançar nessa discussão, importa agora para nossos propósitos caracterizar, com o autor, o que singulariza o processo histórico-social brasileiro, a saber, a especificidade da colonização brasileira.

Nesse momento do texto, nos ateremos à discussão de Caio Prado Júnior com o PCB e a III Internacional, utilizando *A Revolução Brasileira*. O ponto de partida é a posição da III Internacional, aplicada aos países sul-americanos e assumida

pelo PCB, de que o Brasil - com toda a humanidade e cada país - atravessaria necessariamente as etapas históricas dos países de capitalismo europeu, a saber, o feudalismo, o capitalismo e no futuro, o socialismo. Caio Prado Júnior repudia essa presunção, como estranha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo, que não generalizaram suas conclusões acerca das fases históricas vividas por aqueles países. O autor admite que os fatos específicos à evolução daqueles países poderiam ocorrer em outros lugares, mas não necessariamente nem como fatalidade histórica, antes a nível de semelhança a cujos limites deveria cingir-se qualquer análise e conclusão. O que caracteriza o marxismo é a explicação dos fatos e das situações históricas pela sua emergência progressiva num processo de contínuo devenir, projetando-se para o futuro em perpétua renovação, superando pois o passado e sem se modelar segundo formas e circunstâncias pré-fixadas (p.34). A partir dessa suposta necessidade histórica das etapas sucessivas de modo de produção, a III Internacional assumia como programa dos países coloniais ou semicoloniais e dependentes, a revolução agrária e antiimperialista, uma vez que se trataria de superar a etapa feudal em que se encontravam ainda e de fazê-lo no quadro de libertação das grandes potências imperialistas.

Caio Prado Júnior começa por chamar a atenção para as diferenças profundas no interior daqueles países, os países asiáticos de um lado e os latino-americanos do outro, bem como no interior dos diferentes países latino-americanos, em alguns dos quais se apresenta, e em outros não, a questão essencial do ponto de vista revolucionário que é o da permanência de populações indígenas com individualidade nacional, estruturas

econômicas, sociais e culturais anteriores à conquista e colonização européia. Dentro desse quadro, Caio Prado Júnior está interessado em estabelecer a especificidade da colonização e do desenvolvimento histórico brasileiro.

Desde logo, o autor nega a existência de um passado feudal no País, do qual haveria "restos" a serem eliminados por uma revolução agrária. Tais restos eram apontados pela teoria da revolução brasileira nas práticas rurais da parceria, do barracão e do cambão. Retomando o texto *A Questão Agrária*, ele conclui que a parceria no Brasil não constitui a parceria clássica européia, mas antes relação de emprego, com remuneração *in natura* do trabalho, assimilando-se portanto ao assalariado e constituindo uma relação capitalista de trabalho. Tomando o caso de São Paulo, onde se encontrava o principal setor da agricultura brasileira, Caio Prado Júnior observa que a parceria só se difundiu e se tornou importante em época recente (depois de 1930) e em uma cultura específica, a do algodão, relacionando-se a circunstâncias peculiares da cotonicultura e a suas conveniências técnicas e financeiras. Algo semelhante se observa no cultivo norte-americano do algodão. Ao mesmo tempo, a parceria no Brasil apresenta, no que diz respeito ao trabalhador, suas características e seu padrão e estatutos sociais, um tipo superior de relações de trabalho e produção quando comparadas às relações capitalistas do salariado, apresentando também um sistema superior de organização econômica e padrões mais altos de produtividade. Assim, a parceria não constitui fator negativo no desenvolvimento da economia nem foco de contradição revolucionária. Tampouco o barracão e o cambão podem ser

considerados restos de um feudalismo que nunca existiu no País, mas antes remanescentes do sistema de trabalho legalmente vigente no Brasil até fins do século passado, a escravidão. Caio Prado Júnior insiste neste ponto sobre a diferença essencial entre relações servis e escravistas: a existência de uma economia camponesa (exploração parcelária da terra pela massa trabalhadora rural) à qual se sobrepõe uma classe nitidamente diferenciada e privilegiada, a aristocracia, no primeiro caso, economia característica do passado medieval europeu; contraposta à exploração em larga escala, não parcelária, realizada com o braço escravo introduzido junto com essa exploração e formando com ela um todo integrado no segundo caso (p.39-45).

À bandeira da luta contra os "restos feudais" no Brasil somou-se, como vimos, a da luta antiimperialista, calçada na experiência dos países asiáticos dominados pelas potências coloniais européias. Aqui também se coloca a especificidade do desenvolvimento histórico brasileiro, uma vez que esse desenvolvimento se fez em contraste profundo com os países da Ásia. Aqui o imperialismo não se colocou frente a uma sociedade que se havia constituído à parte inteiramente dele, mas, ao contrário, toda a evolução e desenvolvimento do País se fez à sombra e ação da civilização e cultura dos países que mais tarde assumiram a posição imperialista. Não se trata de uma ligação exterior, mas de um imbricamento e entrosamento constitutivos da vida econômica, social e política brasileira. Tanto as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista quanto os países dependentes da América Latina formam-se na evolução de um mesmo sistema que evoluiu do

primitivo capitalismo comercial, rumo ao capitalismo concorrencial e imperialismo (p.68).

A visão "ortodoxa" da revolução brasileira, ao não reconhecer a especificidade do desenvolvimento histórico brasileiro, termina por propor uma linha divisória entre classes e categorias sociais distintas de cuja posição respectiva e relações econômicas e políticas resultam algumas das tensões revolucionárias: os latifundiários feudais, uma burguesia retrógrada ligada a tais latifundiários, ambos aliados ao imperialismo, e um setor progressista da burguesia e eventual aliado do campesinato e do operariado na revolução democrático-burguesa. Daí o esquema de "revolução democrático-burguesa de conteúdo anti-feudal e antiimperialista". Caio Prado Júnior rejeita tal formulação, indicando que todos os grupos que compõem a classe econômica social e politicamente dominante constituem-se da mesma categoria de indivíduos, sejam em atividades urbanas ou rurais, não tendo posição de classe ou categoria social distinta do ponto de vista de relações de produção, e muito menos frente à lei e às relações jurídicas. Por outro lado, não se justifica a contraposição entre uma burguesia ligada ao imperialismo e uma "burguesia nacional", ponto de vista que perdeu força quando empresas imperialistas começaram a se instalar no País constituindo-se em fator de primeira ordem na industrialização do País, tanto por aumentarem o volume da produção industrial quanto pelo estímulo gerado à atividade industrial em geral. Em proporção crescente, ainda, os industriais brasileiros, os mais "progressistas" e supostamente próximos da categoria "burguesia nacional", começaram a se associar às empresas imperialistas, ligando-se

pelos mais diversos laços e relações com as mesmas e com interesses econômicos e financeiros internacionais em geral. Isto barra qualquer distinção entre uma burguesia desvinculada de todo de interesses estrangeiros e uma a eles ligada, sendo que atritos e conflitos entre empresas nacionais e estrangeiras permanecem no puro nível da vida comercial ordinária e da concorrência, que opõe da mesma forma empresas nacionais a outras também nacionais. Como o autor adverte, as considerações acima não significam que não haja contradições profundas de grande expressão política derivadas da penetração e domínio imperialistas no País, mas que elas não são captadas pela teoria consagrada da revolução brasileira, ao assimilar a evolução histórica brasileira à de países asiáticos (p.71-74).

Insistindo na questão agrária, Caio Prado Júnior destaca a especificidade da formação histórica brasileira e, portanto, de sua economia agrária no fato desta não se ter constituído à base da produção individual e familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim na base da grande produção agrária voltada para o mercado. Sobretudo mercado externo, acentuando ainda mais o caráter mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com sua congênere européia. Não se formou, portanto, como na Europa, uma economia e classe camponesas, exceto em setores restritos e de importância secundária. O que marca o País é a estrutura de grandes unidades produtivas de gêneros exportados trabalhadas pela mão-de-obra escrava, condição estrutural que persiste no essencial até hoje, apesar da substituição dessa mão-de-obra por trabalho livre. A grande exploração, em muitos e importantes casos, chegou mesmo a se ampliar e integrar, como se observa na

passagem, no Nordeste, dos antigos engenhos para a moderna usina, ou na concentração da produção açucareira paulista. Nestes casos, observam-se em atuação fatores de natureza tipicamente capitalista, resultando em desenvolvimento econômico e aumento de produtividade. Se a Europa não pode ser modelo do desenvolvimento brasileiro no que toca à economia agrária, tampouco os países asiáticos podem servir de modelo no que se refere ao problema do imperialismo. Isto porque, como já se observou, o Brasil foi descoberto e colonizado no próprio complexo cultural que originaria, mais tarde, o imperialismo, sendo as mesmas circunstâncias que deram origem à nossa formação aquelas que engendraram de outro lado o imperialismo (p.78-80).

Assim, a abordagem da realidade brasileira deve ser feita considerando-a como situação transitória entre o passado colonial e a economia colonial, por um lado, e de outro a economia nacional em estruturação. Caio Prado Júnior traça nesse ponto a linha mestra da história e da economia brasileira, vendo o Brasil emergir progressivamente das várias raças e povos reunidos pela colonização a fim de servir ao comércio europeu com alguns gêneros tropicais⁸ para se transformar numa sociedade organizada como nação. Nesse processo, o trabalhador escravo transforma-se em cidadão e participante efetivo da vida social que se organiza em contraste com o simples negócio que animava a colonização. A economia se transforma formando a base de sustentação da vida social em evolução, uma vez que a ampliação e diversificação das atividades econômicas, provocada pelo crescimento

⁸E de servir como mercado para escravos africanos, evidentemente.

quantitativo e qualitativo da população e sua integração num todo social orgânico, constitui o desenvolvimento de um mercado interno que logo emparelha e tende a superar o externo. A economia se transforma para fazer frente às novas solicitações e estímulos proporcionados por uma coletividade que marcha para sua integração social e organização nacional (p.82). A partir daí, o autor procura destacar as grandes etapas dessa evolução da economia e sociedade coloniais à economia e sociedade nacionais, periodizando o desenvolvimento histórico brasileiro. Este ponto será examinado no próximo capítulo deste texto.

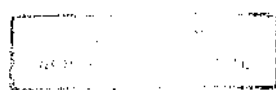
2 O MECANISMO DO DESENVOLVIMENTO

2.1 PERIODIZAÇÃO

A formação da economia colonial brasileira e a transição rumo a uma economia nacional fazem-se no interior das relações entre o desenvolvimento do capitalismo nos países europeus e o desenvolvimento capitalista no Brasil. Por isso, os momentos de ruptura, parcial, no sentido da economia nacional, levam em conta as articulações entre o externo e o interno, e são essas articulações o fulcro mesmo do desenvolvimento, implicando contradições e uma dinâmica.

O ponto de partida é a colonização brasileira, nos quadros da expansão marítima dos países europeus a partir do século XV, originada de empresas comerciais levadas a cabo pelo desenvolvimento do capitalismo comercial nesses países. A gênese da economia colonial liga-se pois ao surgimento e desdobramentos do capitalismo comercial na Europa. Esta gênese apresenta alguns momentos: das primeiras atividades, bastante rudimentares uma vez que o Brasil recém-descoberto pouco oferecia para o comércio europeu, exceto atrativos como a extração do pau-brasil, passa-se à ocupação e povoamento, conformando progressivamente uma sociedade institucionalizada com organização econômica, social e administrativa própria. Dos primeiros contatos, que compõem as preliminares da colonização (1500-1530), passa-se pois à ocupação efetiva da nova terra, com o intuito de defendê-la e criar condições adequadas à sua exploração (1530-1640). Nesse período Portugal monta na sua

colônia a exploração agrícola tropical que está no cerne da economia e sociedade coloniais, contrastando com o conjunto de atividades acessórias (a economia de subsistência) que visam amparar e tornar possível aquela exploração. Mas é após a separação de Portugal do domínio espanhol que se dá a expansão da colonização (1640-1770). Portugal sai desse domínio com sua marinha destruída e seu grande império colonial esfacelado e reduzido praticamente ao Brasil e às posses africanas cujo valor limitava-se ao de viveiro de escravos para o Brasil. Nesse período, Portugal depende profundamente da colônia americana, modificando sua política de modo a tirar dela o maior proveito possível e permitindo uma emigração em larga escala. Assiste-se nesse período a um rápido crescimento da população e extensão da colonização, sob uma forte centralização e reforço do poder real, em detrimento da autonomia local. O antigo liberalismo dará lugar a um rígido exclusivismo comercial destinado à maior exploração da colônia e canalização para o reino do resultado de suas atividades. Nesse período assiste-se ao ciclo da mineração, que dominará o cenário colonial durante três quartos de século, e a ocupação, graças a esse ciclo, do centro-sul, com atividades agrícolas e com a pecuária subsidiárias à mineração. Assiste-se também à colonização do vale amazônico baseado na colheita florestal de produtos com valor comercial restrito e de difícil exploração, e que logo mostra os seus limites. Esse longo período de conformação da economia colonial, nos quadros do capitalismo comercial e do sistema colonial de uma metrópole que, a princípio, destacando-se de seus concorrentes europeus, logo entra em decadência, é também o da conformação de uma economia



que cresce e amplia suas perspectivas econômicas, delineando-se progressivamente como uma nação na medida em que se diferenciam o português e um novo que é o brasileiro. Abre-se entre a economia colonial e a dominação portuguesa uma contradição que se aprofunda na medida em que a colônia e suas atividades lucrativas tornam-se a base de um reino crescentemente parasitário e intermediário entre as grandes potências européias, a Grã-Bretanha em particular, e o Brasil.

O apogeu da economia colonial (1770-1808) aponta para a superação desse estado de coisas. O marco no qual se dá esse auge é a Revolução Industrial Inglesa, que alarga fortemente o mercado para os produtos coloniais e promove sua valorização. À estagnação, na primeira metade do século XVIII, da agricultura brasileira, sucede-se o surto que estimula a lavoura algodoeira e reaviva a do açúcar, atingindo também o arroz e fazendo nascer o cultivo do café. Esse renascimento da lavoura, em contraste com a mineração, ainda que apresentando um caráter mais quantitativo que qualitativo (o aperfeiçoamento técnico, por exemplo, será nulo), na medida em que na sua base conserva-se o trabalho ineficiente do escravo, o isolamento que Portugal impunha à sua colônia, e a produção tradicional e extensiva de gêneros tropicais, aprofunda a contradição entre uma metrópole decadente e uma colônia cujo desenvolvimento exige o extravasamento da sua condição para a de nação independente. A Revolução Industrial Inglesa, portanto, no plano externo, corresponde no plano interno a independência brasileira que, embora ocorra oficialmente em 1822, data na verdade da vinda do regente D. João em 1808, tornando o Brasil autônomo e liberando um conjunto de potencialidades travadas pela condição colonial.

Tal condição tornava-se, de fato, obstáculo intolerável ao desenvolvimento do País, e será superada na proporção em que o nascente capitalismo industrial opunha-se ao monopólio colonial como condição necessária ao seu desenvolvimento, condenando desde já o fundamento essencial dos países ibéricos, ao mesmo tempo em que o Brasil encontrava-se em forte expansão, sentindo vivamente as restrições impostas pelo monopólio português.

O País passa a viver, como nação soberana, sob o signo do capitalismo industrial em plano externo, uma nova fase, que se estende até 1850. Esse período é assinalado em primeiro lugar pelo estímulo econômico trazido pela liberdade comercial, traduzindo-se em rápido progresso do comércio externo, mas também por um estímulo forte das necessidades e do consumo do País que não podia ser suprido pela capacidade produtiva interna, cujo progresso era dependente de fatores que amadureceriam mais lentamente. Abre-se pois uma contradição entre a estrutura produtiva do País e as necessidades de sua população, traduzida no déficit crônico do seu comércio externo e nas perturbações do sistema monetário, que se viu agravada pelo formato liberal do comércio exterior. Assim, fica claro que, em sua "era liberal", a ruptura com a economia e a ordem coloniais é apenas parcial. Assiste-se no período, mesmo, a um reforçamento da antiga economia colonial, uma vez que a liberdade comercial operava no sentido de resguardar e assegurar uma organização econômica voltada para a produção de alguns poucos gêneros de exportação. O Brasil permanecerá, como nação, elemento marginal e periférico da ordem internacional instaurada com o capitalismo industrial. Esse caráter básico da economia brasileira subsiste entre, por um lado, um surto de

progresso permitido pela emancipação política e ensejado pelas novas condições internacionais do século XIX e, por outro, um conjunto de desajustamentos representados, no plano econômico, pela ruína da pequena indústria de caráter artesanal local, desequilíbrio das finanças públicas imposto pela instalação da corte no Brasil e pelas novas despesas geradas pela criação de serviços indispensáveis. Todos esses desajustes são, na verdade, expressões da contradição básica entre o sistema econômico herdado da colônia e as novas necessidades de uma nação livre. A maior contradição desencadeada com a emancipação política do País, todavia, reside na manutenção do regime de trabalho servil que passa em toda essa fase por uma crise profunda tanto por causas internas - a crescente perda de apoio moral da escravidão, dada a necessidade de conter a cisão da população em castas nitidamente diferenciadas, e a contradição entre a escravidão e a organização política do País como Estado autônomo - quanto por causas externas - a oposição ao tráfico liderada pela Inglaterra desde o início do século XIX e levada a efeito por sucessivas manobras diplomáticas e militares, desenvolvidas desde 1820. A abolição do tráfico consiste na última grande reforma a assinalar a passagem da condição colonial brasileira submetida ao exclusivismo português a Estado soberano aberto à concorrência internacional. Ela colocará em xeque o conjunto da estrutura colonial, num longo processo de decomposição ainda não completado.

O fim do tráfico de escravos, por sua importância na modificação da fisionomia do País, consiste, pois, em momento crucial de ruptura no sentido da economia nacional, abrindo uma nova fase no seu desenvolvimento: a do império escravocrata

(1850-1889). Caracterizam essa fase a crise da cultura da cana, movida pela concorrência, nos países europeus e nos Estados Unidos, do açúcar extraído da beterraba e pelo seu atraso técnico, bem como o deslocamento do comércio internacional de outras produções clássicas do norte, como o algodão, e a ascensão do café colocando em primeiro plano a economia do sul do País e sua força política e social com a aristocracia do café. No cultivo desse produto se centralizarão quase todos os maiores fatos econômicos sociais e políticos até 1930, como o deslocamento populacional para São Paulo de população de todas as regiões do País, a imigração européia, a abolição da escravidão, a federação e a República. O desenvolvimento da lavoura cafeeira se constituirá no principal fator de reajustamento da economia brasileira desde 1808, permitindo a restauração em níveis nunca vistos do intercâmbio comercial do País, paralela a uma sensível melhoria do padrão de vida da população, ao menos em certas classes e regiões, e ao reaparelhamento técnico referente a estradas de ferro e outros meios de comunicação e transportes, mecanização de indústrias rurais e instalação das primeiras indústrias. Entretanto, o café reforçará a estrutura tradicional da economia brasileira voltada para a produção intensiva de alguns poucos gêneros destinados à exportação, bem como a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Nesse sentido, o café permite a reestabilização da vida do País apesar de suas contradições inerentes. Ao lado do café, contribui para essa reestabilização o concurso das atividades e capitais ingleses, tanto no que se refere à infra-estrutura econômica e atividades industriais como ao equilíbrio das contas externas se.

sacrifício das importações. O reajustamento econômico contará também com a modificação da política tarifária em 1844, permitindo melhorar a situação do desequilíbrio comercial e das finanças públicas e proteger a produção nacional. Em suma, há no período do império escravocrata uma estabilidade em cuja base lavram contradições profundas na estrutura econômica e social do País, destinadas a provocar novos desajustamentos e conflitos. O trabalho servil assume aí o primeiro plano, com o agravamento do problema de mão-de-obra para uma lavoura em expansão, que não podia ser atendido pelo crescimento demográfico nem pelas leis de conservação e aumento da escravatura existente. A indústria nascente também se ressentirá de uma mão-de-obra superior para os trabalhos mais delicados e complexos das manufaturas, e que não representasse o alto custo inicial da aquisição de escravos. A abolição se fará, pois, como o complemento natural e indispensável de extinção do tráfico, mantida por um tempo excessivamente longo pela política conservadora do império.

A escravidão se mostrara incompatível com a consolidação da nação uma vez que impunha uma grande heterogeneidade racial, social e política, o que se tornava particularmente grave quando se tratava de organizar a segurança externa e interna com a constituição da força armada da nação. Sua substituição por imigrantes europeus em larga escala, depois de diversos ensaios sem grande expressão, fez-se com uma política dirigida pelo governo e com o concurso de fatores econômicos e sociais na Europa que determinaram uma população sobrando em seus países de origem, como a Itália, e modificará profundamente os dados do problema econômico. O regime do trabalho assalariado

que se instala afeta o progresso material e industrial, permitindo entrosar no trabalho produtivo normal parcelas da população brasileira que até então viveram à margem dele, bem como constituindo um embrião de um mercado amplo e em expansão para a produção fabril. O balanço final do período apresenta pois, por fatores externos e internos, um saldo de grande expansão produtiva e progresso material, completando-se com a solução do problema da mão-de-obra, mas também a permanência de um núcleo básico da economia de corte ainda exportador primário ou colonial.

A instauração da República burguesa constitui um outro momento interno de transição rumo à economia nacional na medida em que no período correspondente (1889-1930) a economia cafeeira atinge seu auge para logo passar a conviver com problemas estruturais que xecavam sua expansão e seu papel de fonte básica de dinamismo econômico na maior parte do País. A República, ainda que sem profundidade política e social maior, desencadeia e sanciona moralmente o espírito da busca de lucro e prosperidade, o que estimulará a vida econômica do País e a conduzirá para iniciativas de amplas perspectivas. Mas, concomitantemente, esse processo se articula com a grande transformação do capitalismo industrial concorrencial no sentido do imperialismo. A partir dela, a participação do capital e das finanças estrangeiras, que se fazem presentes desde a independência, ganham um novo e singular impulso, surgindo a finança internacional, como um bloco, procurando participação efetiva em todos os setores que promettessem bons negócios, desde o estabelecimento de filiais de bancos estrangeiros até o negócio do café. O Brasil torna-se com isto

um dos grandes produtores de produtos tropicais e matérias-primas, como o café, a borracha, o cacau, o mate e o fumo, surgindo superávits regulares na balança comercial a despeito de grandes importações, bem como do serviço da dívida pública, do pagamento de lucros e dividendos de empresas estrangeiras e da remessa de fundos feita por imigrantes a seus países de origem. O período é marcado, todavia, por vulnerabilidade básica da economia na medida em que se fortalecia sua função exportadora para mercados sobre os quais não tinha controle, o que fica claro no caso do colapso da borracha amazônica e nas primeiras crises de superprodução do café. A dinâmica da economia se mostrará contraditória na medida em que se centrará em produtos para mercados estranhos, sobre os quais não se têm controle, ainda que o período assista no conjunto ao desenvolvimento produtivo e material. Minam também a estrutura básica da economia brasileira, que é a grande exploração, a instabilidade da mão-de-obra e a luta reivindicatória do assalariado, frutos mesmo do regime de trabalho livre, e que afetarão explorações de rendimento menor, especialmente em regiões mais antigas e depauperadas. Nascerão aí a pequena e a média propriedade, assinalando os germes de uma nova organização econômica e social. Outro elemento dessa nova organização que se anuncia é a diferenciação de atividades como consequência dos desequilíbrios externos que se fazem sentir depois do primeiro decênio do século XX.

Fica claro, assim, que marcam o período que vai da instalação da República até a crise de 30 a transformação do regime de trabalho, a ruptura com os quadros conservadores do império e a eclosão de um novo espírito de negócios, a

acentuação do domínio da finança internacional sob o signo do imperialismo, compondo um período particular na transição de uma semicolônia no circuito desse imperialismo como nação ajustada ao equilíbrio mundial moderno. A velha estrutura da economia brasileira permanecerá, contudo, a mesma no essencial, e a ruptura na direção de uma nova ordem será, como sempre, parcial. As contradições que minam essa velha estrutura ficam claras no surgimento de um processo de industrialização, graças ao desequilíbrio externo e queda do câmbio que protege a indústria nacional, à adoção de tarifas alfandegárias protecionistas devido às necessidades financeiras do Tesouro público, à produção local da principal matéria-prima nos primórdios dessa industrialização que é o algodão, e a disponibilidade e baixo preço da mão-de-obra. De seus inícios modestos, a indústria cresce a partir da República, sofrendo períodos de retração ou expansão de acordo com as vicissitudes do comércio externo e o balanço das contas internacionais do País, bem como o estado das finanças públicas e o ritmo de emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado. As conjunturas adversas ao comércio externo repercutem favoravelmente sobre a indústria, e as circunstâncias a ele favoráveis a desestimulam. As indústrias contam ainda com um grande contingente de subsidiárias de empresas estrangeiras, que se instalam no País para contornar barreiras alfandegárias ou para reduzir custos de mão-de-obra e de transporte, sobretudo a partir da I Guerra. É a indústria, em que pese o juízo negativo que se possa fazer sobre sua debilidade orgânica, sua falta de organicidade e a incipiência da indústria de base, que contará como elemento central na

transição de uma economia semicolonial como a brasileira para um estágio mais avançado.

Ainda nessa fase destaca-se a ação contraditória do capital estrangeiro sobre essa economia, a qual se torna campo fácil de operações desse capital dada sua própria gênese e a conservação de sua "qualidade" básica de economia colonial. A penetração desse capital se transforma qualitativa e quantitativamente no estágio imperialista do capitalismo, atuando nas diferentes fases da economia cafeeira, na especulação com a moeda e nos empreendimentos industriais (a princípio em empresas de serviço público e, a partir sobretudo da II Guerra, na indústria manufatureira). A partir daí, o Brasil se torna um "elo da grande corrente" que liga os povos em todo o mundo numa estrutura centrada nos centros diretores do capital financeiro internacional. A sua vida econômica não é função de fatores internos mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros concorrentes, que exploram mão-de-obra, riquezas naturais e o consumo potencial do País. Nesse contexto, a exploração do trabalho nacional não se faz em benefício de uma burguesia brasileira, mas de classes e interesses estranhos ao País, agudizando as contradições da exploração capitalista e debilitando o progresso econômico no País. Além disso, o imperialismo contribui para manter o País na sua condição de exportador de produtos primários, impedindo sua estruturação normal na base das verdadeiras e profundas necessidades da população. Por outro lado, o capital estrangeiro, nessa fase, atua como elemento perturbador das finanças nacionais, provocando flutuações do mercado financeiro que não resultam das conjunturas internas e próprias da

economia nacional mas de movimentos como retração de crédito, especulação e manobras artificiais nos grandes centros. Finalmente, o capital internacional invertido no Brasil representa um fator de desequilíbrio nas contas externas e déficits crônicos na medida em que não há relação entre inversões e o aumento da capacidade do País para efetuar pagamentos exteriores de juros e amortizações que constituem o seu serviço. Ao lado desses aspectos negativos, é inegável, entretanto, que o imperialismo representou um grande estímulo para a vida do País, realizando em sua economia muitos dos seus progressos, como o aparelhamento moderno de base e todo o ritmo da vida econômica e social brasileira, entrosando-a no mundo moderno. Nesse sentido, a ação imperialista, nesta fase do desenvolvimento da economia nacional, é essencialmente contraditória, acumulando no Brasil fatores com os quais pode contar para sair do seu círculo.

A última fase da periodização abre-se em 1930 e está inconclusa: é a da crise de um sistema, revelada quando a grande crise internacional põe a nu as debilidades orgânicas de uma economia com dinamismo na lavoura exportadora do café. Nesse momento, fica clara a estreiteza da base econômica da vida brasileira, premida de um lado pelo ritmo de existência e progresso material atingidos pelo País e sua condição periférica e dependente. Há pois uma contradição entre essa base e a estrutura econômica e social imposta pelas novas condições do mundo de que o Brasil agora participava, contradição que se espelha na dificuldade de sustentar o ritmo de desenvolvimento. Coloca-se então a alternativa entre a decadência, que atingirá grande parte do território brasileiro,

e o desenvolvimento de novas formas econômicas que embora ainda marginais ao sistema produtivo fundamental do País, manterão a vitalidade econômica deste. Essas formas, os germes de uma genuína economia nacional, são possibilitadas pela formação de um mercado interno, com o crescimento da população e a elevação do seu padrão de vida e as possibilidades que o progresso dos transportes e comunicações abre ao consumo. Nesse processo, desenvolvem-se atividades substituidoras de importações, como gêneros alimentares e manufaturas de consumo e, depois da II Grande Guerra, bens duráveis e parte importante dos bens de produção. O fortalecimento de um setor nacional da economia se acentua com o crescimento das grandes cidades, núcleos de elevado nível econômico e grande potencial de consumo, o remodelamento do aparelho comercial e de distribuição e o progresso da pequena propriedade, voltado sobretudo para o mercado interno e que eleva o padrão de vida da população rural. A crise dos trinta não impede que no Brasil se desenvolva a produção para o consumo interno e se acentue o processo de nacionalização da economia. Antes, a crise do sistema tradicional resulta no progresso de uma economia de corte nacional. Esse processo tende a se manter, uma vez que são reduzidas as perspectivas do País como fornecedor do comércio internacional; uma vez que a crise de 30 não foi um evento passageiro, mas possui raízes profundas, coroando um conjunto de crises menores desde o final do século XIX que atingiram o café, e não há perspectivas melhores para outros produtos de exportação tradicionais em face da forte concorrência internacional. Além disso, a ação do imperialismo no País tenderá a se limitar, uma vez que sua remuneração se

torna incerta e precária com a situação deficitária da balança de contas externas do País. A economia colonial deve, pois, ceder passo à economia nacional. Em que pesem as vicissitudes que marcam a economia e a política econômica no período da II Guerra e após ela, essa será a direção trilhada pela economia brasileira.

Colaboram nesse sentido as iniciativas estatais no terreno industrial, como elemento estruturador da economia, ainda que esteja longe de assumir totalmente a responsabilidade pela correção dos defeitos do processo de industrialização, e o desenvolvimento industrial. Todavia, esse período aberto em 1930 encontra-se ainda limitado na medida em que a indústria surge e cresce sobretudo como fruto de expedientes ocasionais destinados a solucionar problemas de abastecimento externo, montando-se um parque industrial não integrado e incapaz de atender à totalidade das necessidades gerais e fundamentais do País. Esses vícios se perpetuaram e aprofundaram com a ação do capital estrangeiro, que obedece a diretrizes alheias ao País e circunscrevem a industrialização do País à política internacional de vendas de organização cujos centros diretores não têm compromisso com a conformação de uma economia nacional. A intensidade da ação imperialista na industrialização, além disso, cinge-se à nossa possibilidade de fornecer divisas para saldar seus juros e amortizações, o que a torna cúmplice de uma condição semicolonial da economia brasileira. O processo de industrialização, central na estruturação de uma economia nacional, não possui, portanto, bases estáveis para um verdadeiro progresso e amplas perspectivas. A partir de 30, portanto, há uma crise em processo, de cuja resolução deverá

emergir a economia nacional. Em sua gestação há conflitos profundos, mas que deverão ser superados na medida em que a própria posição externa da economia brasileira e o desenvolvimento dos elementos que conformam uma economia nacional não admitem outro caminho.

Esta é, assim, a periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil, que se faz como processo de gênese de uma economia e sociedade coloniais e transição rumo à economia e à sociedade nacionais. Seguimos nesta parte do capítulo especialmente a *História Econômica do Brasil*, apoiando-nos também nos demais textos em que a questão dos marcos de ruptura são tratados, embora mais rapidamente, como em *História e Desenvolvimento*. Cumpre-nos agora examinar mais detalhadamente como Caio Prado Júnior pensa a dinâmica capitalista e o seu mecanismo.

2.2 DINÂMICA

Em *Formação do Brasil Contemporâneo* encontramos a melhor explicitação, em toda a obra do autor, da dinâmica da transição da economia e sociedade coloniais para a economia e sociedade nacionais, centrada na noção de contradições na antiga ordem que preparam um novo ordenamento político, social e econômico. Há nela uma análise que abarca a totalidade da vida colonial na época estudada, o período que vai de finais do século XVIII a inícios do XIX, correspondendo ao apogeu da colônia e começo do seu declínio rumo a um novo estado de coisas do qual a independência seria um marco. Esse período é marcado, no plano externo, pela Revolução Industrial Inglesa e o grande ativamento da economia européia, cujos reflexos na colônia

brasileira se fariam sentir por um novo fôlego às suas atividades, deprimidas desde o esgotamento da mineração. O texto foi concebido como o primeiro volume de uma tríade sobre a formação da economia e sociedade brasileiras, que ficou restrita a esse único volume, lançado em 1942. Consiste, por outro lado, em um exame da totalidade, na medida em que é estudada a sociedade colonial, naquele período, em seus aspectos econômico, político e social, que se articulam dando o sentido do conjunto da vida colonial, anunciando as contradições que estão na base da dinâmica que a anima. Trata-se de uma paciente reconstituição histórica, a partir de um amplo conjunto de documentos de finais do século XVIII e inícios do seguinte, destacando-se as obras de viajantes estrangeiros que percorreram o País nesse período e relatórios administrativos de autoridades coloniais. O autor procura, dessa forma, segundo suas palavras, traçar uma síntese do Brasil que saía firmado e constituído dos três séculos de evolução colonial. O tema do livro é, pois, um balanço da colonização à época em que o País iniciava seu processo de independência.

Relembrando o livro, notamos que seu capítulo reitor é o inicial, O Sentido da Colonização, em que Caio Prado Júnior procura captar a colonização no conjunto mais vasto da revolução comercial que induz a uma nova divisão do trabalho entre metrópole europeia e uma vasta rede de colônias. É a exploração dos recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu o sentido da colonização tropical, de que o Brasil é um dos resultantes, e este sentido explica os elementos fundamentais, tanto no plano econômico como no

social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos (p.31). A partir dessa abertura, o livro se desdobra em partes: Povoamento, Vida Material e Vida Social. Sem resumir um texto de grande riqueza e leitura indispensável, vejamos em que consistem essas partes e a que conclusões levam.

Em Povoamento, o autor mapeia a distribuição da população no território da colônia no início do século XIX, caracterizada por grande irregularidade, com núcleos - alguns bastante densos - separados por largos vácuos de povoamento ralo ou inexistente. Excetuando o adensamento posterior, a remodelação do sul e do centro-sul do País, bem como a região que só pertenceria ao Brasil mais tarde e que hoje é o Estado do Acre, o povoamento se distribuía de forma semelhante àquela que Caio Prado Júnior encontrava no País ao escrever o livro. O autor estuda aí a dispersão do povoamento, os fatores que o determinaram, e sua estrutura, mostrando sua vinculação com o caráter predominante da colonização agrícola e voltada para o exterior, resultando em um povoamento privilegiado do litoral, e adentrando para o interior com a decadência do açúcar e o ciclo do ouro no coração da colônia. Os fatores geográficos são cuidadosamente levados em conta quando o autor examina os pontos do litoral em que a população se adensa, particularmente o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. No que se refere ao povoamento interior, o autor destaca entre seus fatores a mineração, a dispersão das fazendas de gado e as condições especiais da Amazônia, assinalando seus aspectos particulares que determinarão estruturas de povoação inteiramente distintas no setor da mineração, no sertão do nordeste, o vale amazônico, o sul (povoado, como aquele sertão,

com fazendas de gado), e o planalto paulista. A este corte transversal na história do povoamento da colônia Caio Prado Júnior justapõe a intensa mobilidade e vitalidade dos movimentos de população, que passa por três fases: a ocupação inicial (que compreende a ocupação do litoral, a penetração do interior nordestino pelas fazendas de gado, a ligeira infiltração no vale do Amazonas e a modesta ocupação da borda oriental do planalto meridional em São Paulo e Paraná), a revolução demográfica do século XVIII com a descoberta do ouro em Minas, Mato Grosso e Goiás, e a nova redistribuição do povoamento com a decadência das minas e as secas que assolam o interior do nordeste, prejudicando sua pecuária, bem como com o início da trajetória do café. Importa notar, com o autor, que a extrema mobilidade da população brasileira ligava-se a uma situação em que o indivíduo ainda não se ajustava bem ao seu meio, compreendendo-o e dominando, originando movimentos demográficos associados à exploração de conjunturas favoráveis mas passageiras, como a exploração de gêneros ou metais, sucessivamente, com vistas a um mercado distante. Ou seja, a colonização não se orientava para constituir uma base econômica sólida e orgânica, a exploração racional e coerente do território para a satisfação das necessidades da população que nele habita. A estrutura do povoamento e a intensa mobilidade demográfica articulam-se, pois, com o sentido básico da colonização. No período de que se ocupa o livro, o eixo econômico se voltava para o café, determinando o deslocamento para o Rio de Janeiro, São Paulo e as regiões limítrofes de Minas Gerais, e que são um aspecto das mudanças econômicas em processo, saindo de tudo isso um novo equilíbrio político na

nação independente. Esta abertura e mobilidade constituem, por certo, a primeira contradição implícita na ordem colonial, e que a contraria na medida em que a transformação demográfica acompanha uma nova transformação econômica de vulto.

O autor traça, ainda, na primeira parte do livro, um painel da formação étnica do povo brasileiro, destacando, face à homogeneidade do colonizador branco, as particularidades étnicas dos povos negros e indígenas, e a necessidade de um estudo sistemático das atitudes próprias de cada qual na história da formação do Brasil. No painel que traça, o autor destaca, em princípios do século XIX, um fundo étnico predominante de mestiços, mais ou menos carregados conforme o nível social a que pertencem os indivíduos, e em que predomina o cruzamento branco-preto. A tese central do autor é o paralelismo cromático e social, enfatizando a ideologia do branqueamento. As variantes regionais são sensíveis, destacando-se os elementos negros e seus derivados nas regiões de grande atividade econômica, presente ou passada, na medida em que se incorporam à colonização como escravo e trabalhador, fixando-se em regiões onde se procura e pode pagar a bom preço a mão-de-obra. As características étnicas da população colonial são consideradas, no final do livro, como uma das grandes contradições da sociedade no início do século XIX, resultante da posição deprimente do escravo preto e em menor proporção do indígena, e do conseqüente preconceito contra qualquer indivíduo de cor escura. A maior proporção da população é aí atingida, excluída do que possa haver de melhor na colônia e sofrendo em sua vida moral. Politicamente, essa contradição se expressa na luta latente e surda das classes oprimidas e em

episódios mais graves e prenúncios de choque, como mostra a participação de pardos e mulatos de baixa extração em um episódio como o da Inconfidência Baiana. A própria condição de escravo é fonte de atritos com a ordem colonial, lavrando em fugas, formação de quilombos, insurreição mesmo, bem como, principalmente, numa revolta surda onde os escravos são mais numerosos, mais conscientes de sua força ou de um nível cultural mais alto, como na Bahia.

Na segunda parte do livro, *Vida Material*, Caio Prado Júnior examina como se dispunha a economia colonial no período que o ocupa, estudando seus diversos setores como a grande lavoura, a agricultura de subsistência, a mineração, a pecuária, produções extrativas, artes e indústrias, comércio e vias de comunicação e transporte.

Na vida material da colônia, sua economia é examinada em primeiro lugar. O "sentido" da colonização compreende e explica o essencial aí. A organização da produção dos gêneros que fazem a base da riqueza e das atividades da colônia gira em redor da grande propriedade agrícola, monocultural e trabalhada por escravos. Por trás dessa organização está o caráter do colono como explorador, não como povoador, e as condições naturais tropicais da colônia. A monocultura acompanha a grande propriedade tropical na medida em que a agricultura tropical tem como objetivo a produção de certos gêneros de grande valor comercial e por isso altamente lucrativa. O trabalho escravo instala-se com a monocultura, uma vez que Portugal não dispunha de população suficiente para abastecer a colônia de mão-de-obra como também o colono português não emigra para se engajar como trabalhador assalariado no campo. A escravidão é africana

dada a baixa densidade dos autóctones e sua inadequação para a agricultura colonial. Os três elementos - a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo - conjugados na mesma unidade produtora constituem a célula básica da economia agrária brasileira e são a base principal de toda a estrutura econômica e social do País. A grande unidade produtiva é a norma ainda na mineração e no extrativismo do Extremo-Norte. É nesse sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema de riqueza que caracteriza a economia colonial. Esta condição colonial domina a natureza íntima da economia brasileira a ponto de a Independência tê-la deixado intocada. De tudo isto resulta a forma que tomou a evolução econômica da colônia, cíclica tanto no tempo como no espaço, em que se assiste a fases de prosperidade estritamente localizadas e seguidas depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total, num processo que persiste após a abolição do regime de colônia. A economia não constitui a infra-estrutura própria de uma população que nela se apóia, e destinada a mantê-la, mas um "mecanismo" de que aquela população não é senão o elemento propulsor destinado a manter seu fundamento em benefício de objetivos completamente estranhos. No início do século XIX a grande lavoura, o elemento dominante da economia colonial, era grandemente estimulada pelo contexto europeu do qual a Revolução Industrial Inglesa constitui a principal peça, alargando fortemente os mercados para produtos tropicais e matérias-primas. Essa característica básica da economia colonial choca-se com o paulatino aumento da população e a constituição de um incipiente mercado interno, prejudicado, entretanto, pelo fato de a massa da população

brasileira ser constituída, no período, de escravos ou ex-escravos, além de indivíduos deslocados, sem posição econômica e social estável. Neste início de século XIX, assiste-se mesmo ao revigoração da economia exportadora de produtos agrícolas tropicais.

O renascimento da agricultura, aliado à grande expansão da cafeicultura que então se anunciava, faz-se contudo dentro dos processos técnicos antigos, rotineiros e atrasados, não se incorporando novas técnicas de instalação de cultura, melhoramentos no trato do solo, escolha e seleção de sementes ou indústrias complementares da agricultura. Há aí uma contradição profunda entre a introdução de novas técnicas, por um lado, que é impossibilitada, por outro, pela manutenção do rude trabalho escravo, o isolamento em que vivia a colônia e o atraso técnico da própria metrópole. Mas a razão última dessa rotina e ignorância era a própria natureza da economia colonial, baseando-se no uso extensivo de recursos fadados a se esgotar com o tempo.

Há uma distinção nítida entre as culturas de exportação e as de subsistência, apesar de certa superposição de caracteres em casos como a aguardente, o arroz e o algodão. Observando a agricultura de subsistência, encontramos-la em primeiro lugar incluída nos grandes domínios como cultura subsidiária; a população urbana tem de socorrer-se do exterior, abastecendo-se em parte dos grandes domínios em grau variável, mas diminuto, e de lavouras especializadas. Estas organizam-se em forma variada, predominando a pequena exploração onde o proprietário ou simples ocupante (agregado) é o próprio trabalhador, e também se constituem em culturas subsidiárias da

grande lavoura. A sua localização será próxima dos centros urbanos a que particularmente servem, embora a regra seja a formação longe dos grandes centros (centros da grande lavoura), mas próxima de lugares de acesso mais fácil como a marinha nos pontos da costa menos indicados à grande lavoura. A mediocridade da pequena agricultura de subsistência leva para estas as "categorias inferiores da colonização", excetuando-se a imigração açoriana do Extremo-Sul. Outras áreas favoráveis a esta exploração são as áreas próximas às grandes vias de comunicação, freqüentadas pelas grandes tropas de bestas e pelas boiadas. O papel secundário da agricultura de subsistência cria problemas contínuos de abastecimento dos núcleos de povoamento mais densos (o Rio de Janeiro é uma exceção). A legislação da colônia tentou em vão enfrentar a escassez, com medidas bastante combatidas pelos grandes proprietários, dadas as perspectivas de lucro com produtos de exportação. Fica claro, portanto, que a lavoura de subsistência desenvolveu-se contraditoriamente à grande lavoura, embora subsidiando-a, entrando em declínio nos momentos de prosperidade da primeira e tornando-se um problema sério na vida colonial com o crescimento da população.

Na mineração, o ponto central é o mesmo referido à grande lavoura: "Ambas se destinam à exploração de produtos que têm por objeto unicamente a exportação, em função da qual se organiza e mantém a exploração. São atividades que se desenvolvem à margem das necessidades próprias da sociedade brasileira. Dando um caráter precário no que diz respeito aos interesses fundamentais desta última, sua impropriedade como base econômica e de vida para a coletividade humana que nelas

se apóia". (p. 169). No período estudado, a mineração já havia decaído de seu antigo auge, seja por razões naturais seja por fatores ligados à administração colonial, despótica e incapaz. Assim, para o autor, também na mineração temos um regime de produção para a exportação, controlado por uma burocracia que só se interessa pelo fisco, e que é incapaz de sustentar uma sociedade organizada como nação, pois fundada no mercado e interesses externos.

Estudando a pecuária, nota o autor que seu impulso é dado pelo avultado comércio e consumo da carne e constitui-se na única atividade, além dos produtos de exportação, com importância, o que se percebe no fato dela ser uma das atividades principais determinantes da ocupação do País. Trata-se de atividade separada da cultura da terra, especialmente pelo fato de se constituir em atividade rudimentar e exclusiva, ocupando grandes extensões de terra. Em princípios do século passado três zonas se destacam na pecuária brasileira, os sertões do Norte, a parte meridional de Minas Gerais, e as planícies do Sul. O autor anota as características da pecuária em cada zona, tanto econômicas como sociais. O exame da pecuária se impõe ao autor na medida em que se trata de atividade não exportadora, embora complementar às exportações, e que desempenhou um papel central na ocupação do interior e na articulação econômica e social da colônia. É em perspectiva paralela que o autor examina a colonização do vale amazônico. Sua conclusão é que, se os resultados materiais da exploração da Amazônia são poucos, também a colonização assumiu aí a forma de uma aventura mais que de uma sociedade estável e organizada. A evolução brasileira de colônia para nação seria

lá retardada, com a região ficando atrás das demais regiões ocupadas e atividades extrativas de pequeno vulto no período estudado, como a madeira, a pesca da baleia, o sal, o salitre e, finalmente, a erva-mate.

Nesta sociedade fundada no comércio de produtos tropicais e na grande lavoura escravocrata, a indústria não poderia se desenvolver. Nos estabelecimentos agrícolas ou de mineração as indústrias são simples acessórios dos mesmos, completando sua autonomia a indústria doméstica, entregue a escravos mais hábeis e às mulheres da casa. Artesãos ambulantes também percorrem o País de forma autônoma, como os ferreiros. Mas é nos centros urbanos que se concentram as profissões mecânicas, gozando de maior autonomia. Ocupam-nas em geral os mulatos, e se organizam em corporações, com uma liberdade profissional mais ampla que na Europa. Os setores mais importantes da indústria são a têxtil e a manufatura do ferro, mas ambas são perseguidas pelas leis coloniais que protegiam o comércio e evitavam a libertação econômica da colônia. Apenas após 1808 essas indústrias gozarão de liberdade, enfrentando todavia a têxtil a concorrência das manufaturas inglesas melhor aparelhadas e gozando da vantagem concedida pelo tratado de 1810. Assim, no início do século XIX, a indústria brasileira estava em seus primeiros e modestos passos, graças, sobretudo, ao regime econômico, bem como à situação política e administrativa do País como colônia. O primeiro fator é mais importante, uma vez que mesmo após o fim da era colonial a ausência de reforma na estrutura econômica faz o País marcar passo na sua indústria. "Regime econômico" significa aqui divisão internacional do trabalho fundada na relação

metrópole-colônia, que inibe o nascimento da indústria até avançado o século XIX.

Da mesma forma, o traço fundamental do comércio deriva do próprio caráter de colonização, organizada como está para a produção de gêneros tropicais e metais preciosos destinados ao mercado internacional. O setor mais importante desse comércio é o exterior, processado quase integralmente por mar. Esta circunstância, ditada por contingências geográficas e econômicas, facilitou sobremaneira o monopólio do comércio pela Coroa, bastando-lhe reservar-se a navegação. O comércio exterior consistia nos grandes produtos de exportação da colônia, coincidindo as maiores cidades da colônia com os portos de exportação. O comércio da importação também demanda os portos como centros de maior consumo e maior nível econômico. As importações compõem-se de alguns gêneros alimentícios de luxo, sal, manufaturas e metal (basicamente o ouro). O ramo mais importante, todavia, são os escravos que nos vinham da costa da África, compondo mais de um quarto do total do comércio. No que se refere ao comércio interno, seu movimento principal é constituído por mercadorias que se destinam em última instância à exportação ou que provêm da importação. O resto se resume quase somente ao comércio de abastecimento dos grandes centros urbanos, bem como de pequenas aglomerações, procuradas nos domingos e dias de festa pelos habitantes do campo, em busca de gêneros como o sal e manufaturas. Esse comércio de abastecimento origina um movimento de cabotagem ao longo da costa brasileira. O comércio de gado é uma exceção nesse quadro pela importância que assume no comércio interno da colônia. Paralelo a ele, há o comércio

do charque, desenvolvido por via marítima. Portanto, o ponto central também aqui resulta em que o comércio centra-se no eixo das atividades coloniais, em torno do qual se dispõem seus demais elementos. Toda a vida econômica da nação parte daí e do "sentido" que assumiu a colonização do País.

Essa infra-estrutura econômica conduz à tendência de formação de um sistema de comunicações internas que será infletida no século XIX com a navegação de cabotagem via navio a vapor. O autor retoma uma preocupação com a constituição de uma rede de comércio interna no País, que ainda não havia sido montada à época de feitura do livro.

Este eixo, que é o "sentido da colonização", dando a base material da vida da colônia, dispõe também sua organização social como um dos seus aspectos conexos, como se lê em Vida Social, última parte do livro. Fica claro, em primeiro lugar, o fato da escravidão moderna, que se opõe à antiga por nascer de uma empresa comercial, sem nenhum elemento constitutivo a não ser este, restrito, de realização de um negócio; em segundo lugar, porque a escravidão moderna incide sobre povos de nível cultural ínfimo, que são aproveitados como força motriz e, portanto, em sua "animalidade" mais que em sua humanidade; finalmente, porque a escravidão fez-se com base em uma diferença profunda de raças separando escravos e senhores. Essa diferença agrava uma discriminação já nascida no plano social, apesar da ideologia do "branqueamento". Estas características aumentam os caracteres negativos, agravando os fatores corruptores e deprimentes próprios da escravidão. A estrutura da sociedade brasileira assenta-se nesse elemento que é a escravidão, existindo um vácuo entre os extremos da escala

social, preenchido pelos desclassificados, os inúteis e desadaptados com ocupações incertas ou sem ocupação nenhuma. Esta situação deriva da escravidão e do ambiente asfixiante da grande lavoura no qual não sobra lugar para outras atividades de vulto, bem como da instabilidade de produção e economia brasileiras. Nas formas organizadas, por seu turno, destaca-se a formação do clã patriarcal, por cuja via o grande proprietário se aristocratiza. O clã é marcante na grande lavoura, mas transporta-se para os centros urbanos dependentes das atividades rurais - mesmo nos grandes centros urbanos predomina a população de origem e raízes rurais, em categoria e riqueza ao menos. O comércio, contudo, conforma uma classe bem definida e diferenciada, predominantemente "reino", distinguindo-se aí o comerciante propriamente dito e o comissário. O negociante está em pé de igualdade com as demais classes possuidoras no plano político, e é credor do grande proprietário. A hostilidade de ambas as classes marcará as agitações do século XIX.

A administração colonial também se coloca como um aspecto ligado ao sentido fiscalista da Coroa em relação à colônia. A administração civil e eclesiástica será falta de organização e eficiência, seus processos são brutais, como o recrutamento e a cobrança de impostos na forma empregada. A justiça cara, morosa, complicada e inacessível à maioria da população caminhará ao lado de um manejo das finanças públicas caracterizado por um "déficit desorganizado", o calote e o não pagamento do saldo às tropas, bem como da instrução pública deficiente, serviços de higiene e saúde parcos, fomento inexistente da produção, a grosseira imoralidade e corrupção da

administração, a mercantilização das funções eclesiásticas e falta de estímulo para uma administração eclesiástica superior à civil.

O livro fecha-se com o exame da vida social e política da colônia. O ponto central do texto é: "Em suma, a escravidão e as relações que dela derivam, se bem que constituem a base do único setor organizado da sociedade colonial, e tivessem por isso permitido a esta manter-se e se desenvolver, não ultrapassam contudo um plano muito inferior e não frutificam numa superestrutura ampla e complexa. Serviram apenas para momentaneamente conservar o nexos social da colônia. No outro setor dela, o que se mantém à margem da escravidão, a situação se apresenta, em certo sentido, pior. A inorganização é aí a regra, o que aliás sua origem faz prever, vimo-lo anteriormente: aquela parte da população que o constitui e que vegeta à margem da vida colonial não é senão um derivado da escravidão, ou diretamente, ou substituindo-a lá onde um sistema organizado de vida econômica e social não pôde constituir-se ou se manter" (p. 344). Nota-se aí a impotência da autoridade da metrópole no sentido de agrupar a colônia. É demonstração disto a anarquia efetiva que brota com a Independência e que só será contornada com a constituição de um Estado que, embora nacional no nome, não brotou do íntimo da sociedade, mas do exterior. A caracterização mais próxima da vida colonial passa pelo exame do trabalho e dos laços familiares. Ambos são vistos pela ótica negativa gerada pela influência da escravidão, da instabilidade e da insegurança econômica. Os fatores de renovação nesse quadro consistem em que as bases materiais em que se assenta a colonização acabam

por se tornar insuficientes para manter a estrutura social que sobre ela se constituíra e desenvolvera, por simples desdobramento natural do processo de colonização. Essa insuficiência se percebe claramente no estado a que se reduzira o acervo nacional do território e também na proporção considerável da população que com o tempo vai ficando à margem da esfera produtiva normal da colonização.

O panorama da sociedade colonial, assim, após três séculos de dominação portuguesa, traduzia-se em incoerência e instabilidade no povoamento, pobreza e miséria na economia, dissolução nos costumes, inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos, enfim, numa ruína que tocava todos os pontos da colônia e sua população. Entretanto, e contraditoriamente, lavra no seio da colônia uma reação que, tocando de forma particular indivíduos e grupos, liga-se em última análise ao próprio sistema da colonização brasileira, mostrando seus limites e aspectos de tudo o que a colonização construía em seu ativo (p. 358).

Dentro do período estudado no livro, a primeira e mais perceptível limitação do sistema colonial é percebida no fato de que a base mesma da colonização se mostra incapaz de sustentar a estrutura social que sobre ela se formara. Essa base bastara para ocupar o território e aproveitá-lo com relativo equilíbrio econômico e social, mas se fez insuficiente pelo simples desdobramento do processo de colonização. Assim, fica claro que o acervo material do território achava-se agora desgastado, com os métodos de exploração inerentes à colonização e para os quais ela não tivera alternativa, pois haviam sido os únicos possíveis. Além disso, uma proporção

crescente de população com o tempo vai ficando à margem da atividade produtiva normal da colonização, cujo círculo de atividades circunscreve-se quase exclusivamente ao senhor e ao escravo, o que provoca um desequilíbrio fatal à continuidade do sistema. Assim, a obra da colonização atingira seu ápice e gerara forças que a minavam. Reformas seriam impossíveis, especialmente levando em conta que a colônia era considerada um "negócio" do rei, eliminando preocupações no Reino com uma sociedade ou uma economia de que se ocupar em favor de preocupações meramente "financeiras". Reformar a colônia seria destruir a última base de organização do Reino português. Nesse contexto, a precariedade da vida colonial se revela no proprietário inadimplente, no comerciante credor que não recebe seu crédito, no pé-descalço que não encontra trabalho e meios de subsistência e assim por diante (v. 365). Cria-se pois um caldo de cultura favorável à transformação do regime colonial.

Destas contradições íntimas brotam conflitos e contradições como a cisão entre proprietários (senhores de engenho, lavradores, fazendeiros) e comerciantes, nos papéis antagônicos de devedores e credores, e que é fruto de uma economia débil, mal-estruturada, ligada a um mercado externo incerto e precário. Esse conflito assume cores nacionais na medida em que o proprietário brasileiro se considera a nobreza da terra, à qual faz sombra o dinheiro e prestígio do reino açambarcador do comércio. Outras contradições residem no conflito étnico e na condição dos escravos a que nos referimos acima. A essa contradição somam-se os atos e processos da própria administração portuguesa, como a ação do fisco, o recrutamento brutal, a mesquinha política econômica da

metrópole, o despotismo dos capitães-generais, etc, que são a gota d'água na crise do sistema colonial. Dão linguagem a estas contradições a maçonaria, a ideologia européia e a influência inglesa e francesa. Esta servirá de lema a todo descontente, ainda que castigada e deformada, ainda que deixando de lado o escravo, ausente na cena da Independência.

Fica claro, a partir daí, que as contradições e a dinâmica da economia e sociedade coloniais são examinadas dentro de uma totalidade, e recuperadas pelo trabalho intenso do historiador, ainda que sem usar, por exemplo, o aparato de economista que só surgirá mais tarde no estudo da história econômica do País.⁹ O desenvolvimento do capitalismo no País é examinado nesta totalidade sobre a qual o historiador se debruça para fazer reviver o passado como única forma de indicar os rumos possíveis para transformação do futuro. Neste aspecto, *Formação do Brasil Contemporâneo* não seria seguido por nenhum outro texto de Caio Prado Júnior, nem mesmo por *História Econômica do Brasil*, que recuperamos no essencial para explicitar a periodização utilizada pelo autor. Este texto, em sua parte inicial, beneficia-se de *Formação do Brasil Contemporâneo*, mas daí até sua conclusão recai em explicações para a dinâmica capitalista de modo próximo de uma visão mais estritamente econômica. Há portanto uma ruptura entre os dois trabalhos, sendo que apenas no primeiro Caio Prado Júnior mostrou todo seu virtuosismo de historiador. De fato, embora em *História Econômica do Brasil* o autor insista em diversas passagens que não faz ali história política e social, esta faz

⁹Trabalho magistralmente iniciado por Celso Furtado, como veremos adiante, no capítulo 4.

falta para se compreender o progresso da economia colonial para a nacional, e o trabalho fica incompleto ou mais pobre que o anterior. Nos dois textos, contudo, a dinâmica da transição é dada pelo desenvolvimento de um todo que, evoluindo num certo marco externo e interno, encontra barreiras que o problematizam, barreiras políticas, econômicas e sociais, e transita para uma ordem superior, superando-as. Estas barreiras chocam-se portanto com contradições dentro da antiga ordem, que são as forças que podem levar à sua superação. Não há entretanto aí nenhuma necessidade intrínseca ou postulada a essa superação, mas forças cujo triunfo depende do que se passa no campo da história.

Na essência da transição, ainda incompleta, da colônia à nação, encontra-se uma evolução social que torna o antigo colono branco negociante um participante da nova nacionalidade, bem como o escravo um cidadão e participante de uma nova vida social integrada.¹⁰ No plano econômico, o crescimento quantitativo e qualitativo da população, integrando-se num todo social orgânico, corresponde à formação e desenvolvimento de um mercado interno que substitui o externo progressivamente como fonte de dinamismo da economia. A industrialização inscreve-se nesse processo recebendo dessas transformações estímulo e orientação e modificando gradualmente o caráter das atividades produtivas. A estrutura produtiva se transforma diante das novas solicitações de uma sociedade integrada e nacionalmente organizada.

¹⁰Esta visão de transformação do escravo em cidadão é, claramente, um exagero do autor.

Nesse processo, a independência política e a supressão do tráfico africano, com suas conseqüências, que são a abolição e a imigração de trabalhadores europeus, são os marcos ou etapas principais. A Independência faz com que a inspiração, orientação e direção do conjunto da vida brasileira derivem do próprio interior do País, o que torna possível definir, propor e realizar as aspirações e interesses propriamente nacionais. No plano econômico, a estruturação do Estado nacional representa um fator de ativação da vida econômica e financeira, aumento da renda nacional e do consumo. O desequilíbrio financeiro e as crises da primeira metade do século XIX que daí derivam influem no sentido da integração nacional da economia. No mesmo sentido age a integração territorial do País, antes disperso e ligado unicamente através da metrópole.

Por sua vez, a supressão do tráfico punha termo ao problema da integração de contingentes demográficos inassimiláveis representados pela massa escrava. O início da integração da massa trabalhadora no conjunto da sociedade brasileira se deve à abolição e à imigração européia de trabalhadores, abrindo caminho para a homogeneidade social do País. Ao mesmo tempo, a elevação do estatuto social do trabalhador determina um maior impulso comercial e financeiro, seja pela assimilação de mão-de-obra quantitativa e qualitativamente de maior valor, seja por estimular os padrões culturais da população brasileira. A resultante é a progressiva transformação do estatuto colonial do País rumo ao de nação, com todas as implicações que esse termo tem em Caio Prado

Júnior. Esse é o sentido profundo da evolução histórica brasileira. Todavia, esse processo não se completou, e sobre ele pesa o ônus da dependência e da miséria. Enfrentar esses problemas é trabalhar para o término de obra de construção da nação. Vejamos quais as propostas do autor em relação a essa questão, centrando-nos em *A Revolução Brasileira*, em cujo texto nos baseamos para traçar o resumo da evolução histórica brasileira, e em *A Questão Agrária*.

3 PROPOSTAS

O que leva ao desenvolvimento, à conclusão da obra da nação? Escrevendo em meados dos anos sessenta, Caio Prado Júnior observa que a herança colonial brasileira ainda se faz sentir na inorganicidade e heterogeneidade da população, bem como na ausência de uma estruturação econômica adequada, na qual as atividades produtivas de grande expressão não se entrosam com as necessidades da população. Isso faz com que se perceba uma ausência de estímulos àquelas atividades, gerando-se um círculo vicioso no qual os baixos padrões e nível de vida da grande massa da população não estimulam atividades produtivas em proporção suficiente para absorverem a força de trabalho disponível, assegurando ocupação e recursos adequados àquela população. Daí decorre um mercado consumidor restrito e o retorno ao início do círculo (*A Revolução Brasileira*, p. 158).

A superação dessas deficiências implica reorganização e reorientação da economia, colocando-a em função dos interesses e necessidades do País e da massa da sua população, contrariando o funcionamento espontâneo dessa economia e os mecanismos ordinários do mercado e os incentivos às atividades produtivas que eles geram. Isto porque a livre iniciativa e os estímulos espontâneos do mercado tendem a atender os reduzidos setores com demanda efetiva, e a parte marginalizada da população tende a se reproduzir nesse estado por força da própria situação em que se encontra. É necessária, portanto,

uma intervenção firme no mercado, reestruturando a economia através da direção ou controle geral das atividades econômicas. Trata-se de aumentar a demanda efetiva em articulação com as necessidades gerais e fundamentais da população, partindo daí para o incentivo às atividades produtivas que em seguida incentivarão a demanda. Noutros termos, se o desenvolvimento do capitalismo europeu no século XIX partiu do elemento "produção", no Brasil o desenvolvimento deve partir da "distribuição", para o que a iniciativa privada não basta.

Não se trata de eliminar a iniciativa privada, mas a sua liberdade irrestrita, controlando as atividades econômicas de modo a supri-la e constrangê-la para o fim essencial de imprimir a essas mesmas atividades o sentido e o conteúdo convenientes à solução do problema sócio-econômico fundamental que é a erradicação da miséria derivada em última instância da formação histórica brasileira (p. 164). A iniciativa privada, ao contrário, representa ainda um poderoso fator de promoção das atividades econômicas perfeitamente capaz de se enquadrar em um novo sistema econômico. O autor exclui, entretanto, o caso da iniciativa e intervenção dos empreendimentos cujo centro propulsor e diretor se encontre no exterior, os quais são inassimiláveis por natureza dentro da economia nacional. Excetuando esses empreendimentos, trata-se de suprir a insuficiência dos mecanismos de mercado representados pelo lucro e pela liberdade econômica, ainda que utilizando-os até onde não embaracem a direção do processo de superação do passado. Esse processo consiste na elevação substancial dos padrões de vida da população e na integração dos grandes contingentes dessa população hoje marginalizados e vivendo em

condições subumanas. Fica claro que o que se pretende é muito mais que o favorecimento dos negócios e a elevação da renda nacional. Ao contrário, dentro da planificação e direção gerais da atividade econômica, combinando-se iniciativas e empreendimentos públicos com a iniciativa privada controlada e orientada, busca-se em primeiro lugar a elevação dos padrões materiais e culturais da massa da população e a satisfação de suas necessidades, começando com a segurança para todos de ocupação e trabalho com remuneração adequada.

A ação legal e administrativa do poder público se orientará no sentido de promover tanto quanto possível uma distribuição mais eqüitativa de recursos financeiros e dos proventos e benefícios das atividades econômicas, sobretudo pela defesa dos interesses do trabalhador e valorização do trabalho, com consideração especial do trabalhador rural, especialmente desfavorecido. O poder público, ademais, se orientará no sentido de promover e dirigir as atividades produtivas, forçando inversões e o encaminhamento dos recursos relativamente limitados de que o País dispõe de acordo com uma escala de prioridades em que o objetivo principal não será a promoção de um "negócio" ou de um "lucro", mas o de estruturar a economia em função das necessidades mais prementes da população. A organização das atividades produtivas deverá pois se pautar pela primazia dada ao mercado interno, no plano do consumo final, e a bens e serviços essenciais e acessíveis à massa da população.

Abrem-se com essa orientação amplas perspectivas para uma atividade econômica sustentada e segura, operando com base em largos e crescentes mercados consumidores, dada a

considerável produção necessária para alimentar, abrigar, vestir decentemente a grande massa da população, cuidar de sua saúde e educação e assim por diante, nos quadros da civilização, da cultura e da técnica do mundo moderno. A solvabilidade dessa demanda e a capacidade financeira de suportar o seu custo serão garantidas pela própria ampliação progressiva das novas e crescentes oportunidades de trabalho e emprego, e portanto de renda e de poder aquisitivo que a ampliação das atividades produtivas irá determinando. Busca-se pois a articulação entre a expansão da demanda efetiva e a oferta, que devem desenvolver-se paralela e simultaneamente na medida em que se estimulam reciprocamente. Tal articulação é mesmo a essência ou o mecanismo fundamental do desenvolvimento econômico. Na visão do autor, uma vez orientado o sistema produtivo para o atendimento das necessidades potenciais da massa da população brasileira, e isso no nível de seu poder aquisitivo, a própria produção ensejará o consumo, engrenando-se ambos e reciprocamente se estimulando. Só então se criarão condições para o estabelecimento de um sistema econômico englobando num todo coeso e orgânico o conjunto da população, que se desenvolverá sobre a base e em função dele próprio. Rompe-se assim o círculo vicioso de ausência de produção por ausência de consumo e de ausência de consumo por ausência de produção. Por outro lado, substitui-se em definitivo o crescimento por ciclos centrados na exportação de bens primários, que caracterizam a evolução econômica do País, por um progresso sustentado e seguro: "O Brasil terá finalmente superado em definitivo o seu passado e herança coloniais" (p.170).

Nesses delineamentos gerais para a construção de uma estrutura industrial integrada e superação final da herança colonial brasileira, marcadas pela heterogeneidade social, a miséria e o crescimento econômico por ciclos descontínuos, ressalta a situação da massa trabalhadora rural. Em meados dos anos sessenta, mais da metade da população brasileira ainda vivia no campo, com ínfimos padrões de vida, exercendo uma pressão depressiva sobre os salários urbanos e a própria condição do trabalhador urbano. Sem entrar nos detalhes do debate do autor com a ortodoxia prevalecente na esquerda, e que via na população rural um campesinato cuja redenção e aspirações remetiam à palavra de ordem da reforma agrária, em geral vagamente formulada em seu conteúdo concreto, lembremos que para Caio Prado Júnior o que caracteriza as relações de produção e trabalho é, ao contrário, a relação de emprego e o assalariamento, ainda que comportando pagamento em parte do produto ou no direito do trabalhador de utilizar, com culturas próprias ou criação de animais, terrenos do proprietário em cuja grande exploração está empregado. Nesse sentido, as reivindicações do trabalhador rural se dirigem antes que por uma reforma agrária, por condições mais favoráveis de trabalho, como melhores remunerações, segurança no emprego, tratamento adequado, etc, cuja insuficiência é dada pelos remanescentes escravistas presentes na relação entre o grande empresário rural e seus trabalhadores. Impõe-se, assim, como elemento central no programa de transformações rumo à constituição de uma economia nacional e, mais propriamente, de uma nação, a redenção da miséria física e moral predominante no campo brasileiro. Caio Prado Júnior não vê portanto condições

objetivas nem subjetivas para a destruição da grande exploração e sua substituição por uma economia camponesa, que não poderia liberar forças produtivas tolhidas pela grande exploração na medida em que falta ao trabalhador qualidades e condições para sua transformação em camponês com tradição cultural, conhecimentos, experiência, iniciativa e recursos materiais.

Assim, o autor caminha no sentido de propor a transformação da grande exploração com a eliminação dos seus aspectos negativos, consistentes nos seus baixos padrões tecnológicos, que são a regra, e do tipo de relações dominantes de trabalho que reduzem o trabalhador rural a condições materiais, culturais e sociais miseráveis. Não se elimina com isto nem se subestima a aspiração e reivindicações de terra e os conflitos que vêm a gerar, mas se precisa sua efetiva incidência e as formas dessa incidência. Não se nega também a existência de uma questão de terras, e que a concentração fundiária no País limita consideravelmente as perspectivas da população trabalhadora rural, forçando-a a se empregar nos grandes domínios em condições desfavoráveis. A concentração da propriedade deprime os salários rurais e o padrão de vida vigente no campo. Por outro lado, existe nos poros da grande exploração um resíduo camponês impedido de se desenvolver pela absorção e mesmo monopolização das terras pela grande exploração, que coloca a questão da reivindicação por terras.

Todavia, na medida em que se desenvolverem melhores condições de trabalho e emprego na grande exploração, colocar-se-á a tendência à decomposição e desaparecimento daqueles setores e empreendimentos da grande exploração incapazes de

suportar os custos de produção determinados pela melhoria da remuneração do trabalho. Sabe-se que grande parte da exploração rural se mantém graças ao baixo custo do trabalho fruto de sua exploração intensiva onde se notam resíduos escravistas de relação de produção. As empresas que não tiverem condições de se adaptar ao aumento de custos pela elevação de sua produtividade tenderão pois a ser eliminadas.

Este processo se afirmará sobretudo se amparado e estimulado, em especial por medidas que impeçam o relegamento de propriedades à condição de reserva improdutiva de valor, resultando na disponibilidade de terras para a pequena produção parcelária, oferecendo perspectivas de acesso à propriedade da terra aos trabalhadores capacitados para se estabelecerem por conta própria.

Nesse processo, selecionam-se área e atividade que, desfavoráveis à grande exploração, poderão se tornar disponíveis para a pequena produção camponesa, bem como trabalhadores com condição em termos de aptidão e iniciativa para se estabelecerem por si sós. Trata-se de um processo de divisão e distribuição convenientes e discriminadas, seja em relação a áreas a serem atingidas seja em relação aos trabalhadores rurais, o que se impõe num país onde inexiste uma forte tradição camponesa ou um movimento reivindicatório vigoroso por terra.

Para o autor, assim, a dinâmica da história da economia rural é dada, antes que pela questão da terra, pelas contradições ligadas a relações e situações de emprego. À ação pública caberia assegurar a efetiva aplicação e promover a ampliação e extensão trabalhista destinada a conceder ao

trabalhador empregado um padrão de vida material e social mais alto. Ao mesmo tempo, caberia a ampliação das perspectivas de trabalho e emprego oferecidas pelas atividades econômicas do País de modo a assegurar ocupação regular ao conjunto da população trabalhadora. Para que isto se conquiste é indispensável a mobilização e organização da massa trabalhadora no campo, iniciando-se na vida política brasileira de que sempre esteve ausente (p.153). Essas orientações gerais para o campo são detalhadas a nível de sugestões concretas no capítulo II de *A Questão Agrária*.

Nessa reestruturação da economia brasileira um ponto importante se refere à dependência das relações econômicas e financeiras internacionais sobre a vida do País. Tal dependência é constitutiva da economia brasileira, que se formou nos quadros do sistema internacional que desembocaria modernamente no imperialismo. A revolução brasileira consiste portanto na libertação dessa dependência, que se incluiria num amplo processo de dissolução do imperialismo pela periferia. Por outro lado, a ruptura com o imperialismo só pode se realizar com a eliminação simultânea e paralela dos remanescentes coloniais da organização social e econômica do País, e reciprocamente tal eliminação é condicionada pela ruptura com o imperialismo. A ligação entre esses dois elementos se percebe no moderno colonialismo, no qual uma atividade econômica diversificada, incluindo uma indústria de relativa expressão, serve um mercado interno significativo mas que está longe de servir de base para uma atividade industrial de padrões modernos e amplas perspectivas(p.188). A indústria instalada, com decisiva participação imperialista, mostra seus

limites no fato de ter origem em um processo limitado de substituição de importações, beneficiando apenas algumas camadas da população, e no fato de que seus lucros se pagam com as exportações primárias que atam o País a um antigo papel colonial. Assim, as possibilidades últimas da economia brasileira sob o imperialismo são limitadas pelo desempenho do comércio exterior e do fornecimento a mercados externos de produtos primários. A exportação de manufaturas, que poderia contornar em parte esse fato, é obstada pela concorrência da produção semelhante de matrizes dos grandes trustes ou de filiais localizadas em outros países.

A luta antiimperialista deve pois enfrentar o problema da interpenetração das esferas internacional e nacional, da qual a economia brasileira só pode se desligar pela sua reestruturação em novos moldes e em novo sistema. A intervenção decisiva do Estado nas atividades econômicas, controlando-as, já exclui a ação imperialista que se pauta pela liberdade econômica em geral(p.191). Todavia, um ponto nevrálgico das relações com o imperialismo se impõe desde logo: as transações externas do País que representam na sua estrutura econômica um papel decisivo. Isto porque é em última instância das exportações que provêm os recursos necessários para o aparelhamento de base do País e seu equipamento industrial. É necessário pois dosar os recursos obtidos com essas exportações a fim de assegurar sua melhor aplicação. Isto implica o monopólio do comércio exterior pelo Estado, eliminando a evasão de divisas. Esse monopólio, por outro lado, é fundamental para que o poder público alcance algumas das principais posições-chave de que necessita para o controle e direção geral da atividade econômica que é necessário promover(p.193).

A luta e a política antiimperialistas partem pois das contas externas e do comércio exterior, que são os principais pontos de conexão com o capitalismo internacional, o que resulta da própria natureza e estrutura da economia brasileira e de sua transformação revolucionária de economia colonial em nacional (p.193). O controle das contas externas e a dosagem rigorosa dos recursos financeiros externos tornam indispensável a limitação ao máximo e mesmo o cerceamento da transferência para o exterior dos lucros e outras formas de remuneração das empresas estrangeiras operando no País, uma vez que a remessa de lucros priva o País, sem compensações adequadas, de recursos básicos para o desenvolvimento, podendo mesmo impedi-lo.

Não se trata, todavia, de assumir posições xenófobas ou sectariamente antinorte-americanas, nem de hostilizar indivíduos ou organizações e empresas estrangeiras em operação no Brasil nos processos usuais e normais de todo negócio, mas de combater um sistema, e não pessoas agindo com boas intenções e rigorosamente dentro dos mecanismos capitalistas. Da mesma forma, a luta antiimperialista não é contra a nação americana, mas contra a situação política nela dominante. Caio Prado Júnior admite a possibilidade de que a própria opinião pública nos Estados Unidos tome consciência de que os interesses da nação norte-americana não podem ser confundidos com os das grandes organizações internacionais que em aventuras fora de seu país de origem chocam-se com os países e povos onde negociam(p.200). Essa modificação da opinião pública abriria perspectivas bem diferentes para os países submetidos ao imperialismo. Todavia, em última análise, onde a oposição deve ser decisiva é na esfera internacional. O importante é que a

relação entre povos seja marcada não pela dominação mas por uma convivência solidária e ajuda mútua, difundindo o progresso moderno. Em suma: o "negócio" não deve ser o cimento a unir os povos (p.203).

Este capítulo foi escrito recuperando a contribuição que Caio Prado Júnior deu a uma proposta de reestruturação da economia do País em *A Revolução Brasileira*, em meados dos anos sessenta. Ela é coerente com toda a análise e as propostas que dela decorrem, em outras obras do autor, como *A Questão Agrária*, *História Econômica do Brasil* e os artigos publicados na *Revista Brasiliense*.

4 CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO

Levantamos aqui alguns pontos centrais de *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, para mostrar como este autor pensa o desenvolvimento da economia brasileira. A seguir faremos uma comparação entre Furtado e Caio Prado Júnior.

Os conceitos fundamentais de Furtado são, como em Caio Prado Júnior, os de economia colonial e economia nacional. Este último é definido como um sistema econômico autônomo, capaz de gerar seu próprio impulso de crescimento, implicando portanto a industrialização a partir da conformação de um mercado interno e a ausência de separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno. Trata-se de uma economia que é dirigida de dentro para fora, à semelhança das economias desenvolvidas da Europa contemporânea e EUA. Por sua vez, a economia colonial funda-se na produção agrícola para exportação, caracterizando-se por um dinamismo marcado pelas necessidades do mercado externo e pois pela sujeição a bruscas contrações econômicas. Caracteriza-se também por uma grande concentração da renda e pela apropriação de grande parte dessa renda por capitais forâneos, bem como por um baixo padrão médio de consumo em relação ao nível de produção per capita. Os gastos de consumo se concentram numa reduzida classe de proprietários e se satisfazem com importações, ao invés de se distribuírem pelo conjunto da população. O processo de desenvolvimento é o de transição da economia colonial para a economia nacional, e a análise de

Furtado centra-se no mecanismo econômico que sustenta essa transição, ou seja, na explicação da sua dinâmica econômica.

As principais etapas nessa transição serão assinaladas, em primeiro lugar, pela independência política e a consolidação da integridade territorial, que se firmam apenas em meados do século passado, quando a expansão cafeeira e a ampliação das relações econômicas com os EUA permitem assegurar um sentido de independência face à Inglaterra, eliminando-se os obstáculos políticos e diplomáticos que impediam um maior raio de ação à política econômica do governo central e a consolidação da sua autoridade. Uma segunda etapa é assinalada pela expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, quando se modificaram as bases do sistema econômico especialmente com a liquidação do uso da mão-de-obra escrava e a introdução do trabalho assalariado, que confere uma nova dinâmica ao sistema. A primeira metade do século XIX é pois uma etapa de transição política, e, a segunda, sua etapa de transição econômica para a economia nacional. Esta começa por firmar-se no século XX, em particular após 1930, quando as tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise dão origem aos elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar seu próprio impulso de crescimento. Conclui-se então, definitivamente, a etapa colonial da economia brasileira.

A partir daí, podemos ver como Furtado pensa o desenvolvimento, qual o mecanismo subjacente à dinâmica econômica. O autor examina em primeiro lugar as características da economia colonial do açúcar, indagando por sua possibilidade efetiva de expansão e evolução estrutural. Examina para isso o processo de formação de renda e de acumulação de capital na

economia do açúcar. Caracteriza a economia colonial do açúcar seu rápido desenvolvimento desde finais do século XIX até meados do seguinte, assentada no trabalho escravo uma vez que, sem ele, a colonização se orientaria para a pequena produção para auto-consumo, o que iria contra a lógica imprimida à mesma colonização. O montante de capitais investidos na pequena colônia ao final do século XVII era considerável, bem como o montante de renda gerado por essa economia, fortemente concentrada em mãos da classe dos proprietários do engenho, sendo pequena a parte correspondente a gastos, fora do engenho com transporte e armazenamento, gastos com assalariados no engenho e a compra de gado e de lenha. Pelo menos cinquenta por cento de renda gerada pela economia açucareira concentrava-se nas mãos de proprietários do engenho e de plantações de cana. Parte considerável dessa renda dispendia-se com bens de consumo importados, mas existia nessa economia uma rentabilidade suficiente para duplicar sua capacidade produtiva cada dois anos. A superprodução foi evitada na medida em que parte da renda passava das mãos dos proprietários para o comércio, constituindo-se assim em renda de não-residentes.

As possibilidades de expansão e evolução estrutural dessa economia são examinadas comparando-se, em primeiro lugar, os efeitos da inversão numa economia industrial e numa economia exportadora escravista. Na primeira, a inversão aumenta a renda da coletividade em quantidade idêntica à mesma, uma vez que se transforma em pagamento a fatores de produção. Em uma economia como a açucareira, parte da inversão transforma-se em pagamentos feitos no exterior, com importação de mão-de-obra, de equipamentos e de materiais de construção. Todavia, a maior

parte da inversão é originada na utilização mesma da mão-de-obra escrava, constituindo um escravo, para o empresário, a diferença entre o custo de reposição e manutenção dessa mão-de-obra e o valor do produto de seu trabalho. A nova inversão, portanto, fazia crescer a renda real apenas no montante do lucro do empresário, e não tinha expressão monetária pois não era objeto de qualquer pagamento. Os gastos de consumo apresentam características semelhantes. Uma parte importante desses gastos consistia em importação de artigos de consumo, e outra parte em utilização da força de trabalho escrava para a prestação de serviços pessoais, não dando origem também a um fluxo de renda monetária. Observada em conjunto essa economia, como os fatores de produção em sua quase totalidade pertenciam ao empresário, a renda monetária gerada no processo produtivo revertia em sua quase totalidade às mãos do próprio empresário. Essa renda expressava-se no valor das exportações, e a quase totalidade do dispêndio monetário no valor das importações, constituindo a diferença entre o dispêndio monetário total e o valor da importação o movimento das reservas monetárias e a entrada líquida de capitais, além do serviço de fatores de produção de pessoas não-residentes na colônia. O fluxo de renda dessa economia se estabelecia portanto entre a unidade produtiva e o exterior. Nessas condições, o crescimento se realizava sem modificações sensíveis na estrutura do sistema econômico, e os retrocessos ocasionais tampouco provocavam qualquer mudança estrutural. Não havia, pois, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento e auto-propulsão. A economia escravista dependia pois quase exclusivamente da

procura externa, mas sua estrutura tornava-se bastante resistente nos períodos em que a procura se enfraquecia.

Na economia criatória nordestina, observa-se algo semelhante, com as unidades produtivas tendendo a preservar sua forma original tanto nas etapas de expansão como nas de contração. Seu crescimento era de caráter permanentemente extensivo, mediante a incorporação de terra e mão-de-obra, não se traduzindo em modificações estruturais que rebatessem sobre os custos de produção e a produtividade. A reduzida expressão dos custos monetários, por seu turno, tornava a economia excepcionalmente resistente aos efeitos a curto prazo de uma baixa de preços, convindo continuar operando mesmo quando os preços sofressem forte baixa, pois não havia uso alternativo para os fatores de produção. No longo prazo, a economia açucareira, deprimidos os preços, atravessa uma fase de baixa rentabilidade, chegando mesmo a desorganizarem-se unidades mais débeis em favor de unidades melhor situadas em termos de terra e transporte. Na pecuária, a expansão é um processo endógeno resultante do aumento vegetativo do rebanho, e há sempre oportunidade de emprego para os elementos que perderam ocupação no setor açucareiro em lenta decadência, expandindo-se o setor de subsistência. A produtividade econômica do setor decresce, na mesma medida em que ele mesmo crescia em termos demográficos, dispersando-se a população, involuindo a divisão do trabalho e a especialização, e retrocedendo as técnicas artesanais da produção. É este o panorama da região mais desenvolvida do Brasil após o declínio dos preços do açúcar causado pela concorrência antilhana a partir de meados do século XVII. Esse declínio econômico rebate também sobre o sul do País, onde está São Vicente.

Fica clara, assim, a importância que Furtado atribui, na dinâmica da economia colonial (seu crescimento, possibilidades de desdobramento e crise), ao fluxo de renda monetária dessa economia, cujo comportamento está atrelado, em última instância, às características básicas da colônia, como a grande exploração exportadora, o trabalho escravo, a concentração da renda e seus efeitos na inibição de um mercado interno e na articulação entre produção e consumo, que impedia, por exemplo, que o crescimento demográfico representasse fator de dinamismo econômico. O exame do fluxo de renda se dá a partir das características estruturais profundas da colonização, ou do seu "sentido", para usar o termo empregado por Caio Prado Júnior, o que explica para este autor a precariedade da indústria na colônia e a inibição do desenvolvimento manufatureiro. Assim, Furtado e Caio Prado Júnior aproximam-se bastante não apenas nos seus conceitos centrais e na sua problemática básica que é a transição para a economia nacional como também na forma de encarar a dinâmica dessa transição e a estrutura básica da colônia. Todavia, Furtado sobreleva Caio Prado Júnior na medida em que possui um aparato analítico retirado da economia que este último autor não usa. Mas é claro que Furtado fica devendo muito ao exame que Caio Prado Júnior havia feito da evolução econômica e histórica do País.

Podemos voltar a esse ponto examinando como Furtado analisa o fluxo de renda na economia mineira do século XVIII. Embora esta apresentasse uma renda média mais baixa da que conheceram as safras de açúcar, seu mercado apresentava maiores potencialidades. As importações nessa economia representavam uma proporção menor do dispêndio, a renda estava muito menos

concentrada e a proporção da população livre era muito menor. Esse fatores induziam uma composição da procura em que encontraria maior espaço o mercado de bens de consumo corrente. A população, além disso, estava em grande parte reunida em aglomerações urbanas ou semi-urbanas, e a distância dos portos encarecia os produtos importados. Tudo isto favorecia o desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno, ao contrário do que se terá na região açucareira. Essa oportunidade de desdobramento e aprofundamento do tecido econômico, para Furtado, é perdida principalmente devido à incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras em escala apreciável, ligada ao pequeno desenvolvimento manufatureiro português desde a assinatura do Tratado de Methuen (1703), e, em menor medida, à proibição de instalação de manufaturas no Brasil em 1785. Na ausência dessa capacidade técnica, o afluxo do ouro brasileiro beneficiará principalmente ao país melhor dotado de condições para abastecer o mercado luso-brasileiro em rápida expansão, a Inglaterra, reforçando-se sua posição manufatureira e seu setor bancário. Não se criam, assim, na região mineira, formas permanentes de atividade econômica, à exceção de uma pequena agricultura de subsistência, e o declínio do ouro se traduz na atrofia econômica rápida e geral, desarticulando-se a mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se a população na economia de subsistência de baixíssima produtividade.

Para Caio Prado Júnior, a inibição do desenvolvimento industrial brasileiro devia-se à política metropolitana, mas antes da situação política e administrativa do País, como

simples colônia de uma metrópole de vistas curtas, ressalta-se o regime econômico a que a colônia foi submetida como peça de produção de alguns gêneros tropicais destinados previamente à exportação. É esse o sentido que Caio Prado Júnior vê também na economia mineira, com seu corolário de uma visão metropolitana meramente fiscalista, refletindo-se numa sociedade caótica marcada pela ignorância, a rotina e a incapacidade de organização. Não é claro, portanto, que para Caio Prado Júnior a economia mineira apresentava possibilidades de desdobramento maior que a economia açucareira. Isso, contudo, não fere a lógica da análise do autor, que procura na conformação de um mercado interno, onde ele possa ser gestado, o embrião de uma mudança qualitativa da economia colonial e de sua função de colônia produtora de gêneros tropicais, agrícolas e minerais, destinados ao mercado externo. Apenas Furtado pensa que este embrião possa ter existido na região mineira, mas perdido pela baixa capacidade técnica do imigrante português.

Prosseguindo a análise, vimos que para Furtado a primeira metade do século XIX constitui uma fase de transição política para a economia nacional. Embora o núcleo maranhense experimentasse uma breve fase de expansão com a Revolução Industrial e o impulso dado à produção algodoeira, bem como o açúcar experimentasse uma fase de prosperidade com o colapso da produção do Haiti e a desarticulação do império colonial espanhol na América, toda essa etapa se fundou em condições de anormalidade no mercado mundial de produtos tropicais. Superada essa etapa, o Brasil encontraria, já como nação independente, sérias dificuldades para defender sua posição nos mercados dos produtos que tradicionalmente exportava. Fazem parte desse

período os marcos constituídos pela Independência em 1822, o acordo com a Inglaterra em 1827 e a eliminação do poder pessoal do Imperador em 1831, levando ao poder a classe colonial dos senhores da grande agricultura da exportação. A ideologia liberal preconizada pela Inglaterra nessa fase de capitalismo concorrencial era aplicada unilateralmente. Dificultando a entrada de produtos brasileiros e procurando dar competitividade à produção açucareira do Haiti pela luta contra o tráfico, a Inglaterra cria uma tensão duradoura com a classe dominante brasileira. Todavia, não se pode afirmar que o desenvolvimento econômico brasileiro teria sido muito mais intenso sem esses atritos na medida em que o País não dispunha de um produto capaz de estimular a economia com sua exportação. Entretanto, as baixas tarifas aduaneiras da primeira metade do século cortaram recursos financeiros do governo, numa etapa de dificuldades econômicas que criavam uma insatisfação em todas as regiões do País. A consolidação da Independência encontrava, assim, sérios obstáculos, e as dificuldades do governo levaram a uma política de emissões de papel-moeda e desvalorização do câmbio, rebatendo fortemente sobre as camadas urbanas.

A expansão das exportações impunha-se como condição básica para o desenvolvimento brasileiro nesse período num país carente de base técnica. A industrialização era uma meta inatingível sem uma capacidade para importar em expansão e com um consumo em declínio desde a crise da economia mineira. Ao mesmo tempo, a indústria têxtil inglesa, após a revolução industrial, não podia encontrar concorrentes no País, e a exportação de máquinas pela Inglaterra era seriamente impedida. A industrialização teria de ser precedida por uma firme e ampla

expansão do setor exportador, que se encontrava estagnado, à exceção do café, que iniciava sua marcha no sul do País. Furtado calcula que a renda per capita do período deve ter sido mais baixa que em qualquer outro período da colônia, considerando as várias regiões. O resultado líquido do período foi a instalação de um sistema administrativo rudimentar, a criação de um banco nacional e a preservação da unidade nacional. O desenvolvimento com base no mercado interno era impossível dado o baixo grau de complexidade da economia e a ausência de uma relativa autonomia tecnológica, bem como a inexistência de afluxo de capitais externos num país estagnado. Como assinala Furtado, o problema do Brasil era encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra, o único fator de produção abundante no País, uma vez que capitais praticamente não existiam e grande parte da mão-de-obra escrava se imobilizava na indústria açucareira ou em serviços domésticos. O Brasil encontra esse produto no café, cuja predominância se define na metade do século. O primeiro período de transição para a economia nacional estava encerrado.

Este período é trabalhado por Caio Prado Júnior de forma mais pobre que por Furtado. Em primeiro lugar, Caio Prado Júnior confere razoável importância às baixas tarifas alfandegárias como inibidoras da diversificação econômica, vendo nisso um reforço da posição colonial da economia brasileira, bem como causadoras de perturbações sociais graças à ruína da pequena indústria local. Furtado, ao contrário, ao perceber o período como de estagnação econômica, mostra que nenhuma iniciativa industrial vingou independentemente do nível

da tarifa. Além disso, Furtado atenta para a idéia de que a industrialização só poderia surgir induzida pela exportações, o que significa atentar para um padrão de crescimento industrial que Caio Prado Júnior não destaca, embora veja no período posterior a ligação entre a expansão cafeeira baseada no trabalho assalariado e o crescimento industrial. Furtado, assim, embora em última análise não divirja de Caio Prado Júnior, é mais preciso nas suas colocações na medida em que tem um aparato analítico em economia não revelado por Caio.

A segunda metade do século XIX, de transição econômica para a economia nacional, foi marcada por rápido crescimento das exportações, tanto em volume físico como em preços, que estimula o crescimento da renda real e per capita, mostrando que finalmente o Brasil havia se integrado nas correntes em expansão do comércio internacional, especialmente com o café e com a borracha. Nesse período, o fato mais importante na economia brasileira foi o aumento da importância relativa do setor assalariado, gerando por seus impactos sobre o fluxo de renda modificações estruturais que levariam, na primeira metade do século XX, à formação de uma economia de mercado interno. O fluxo de renda criado pelas exportações propaga-se de modo a transformar um aumento de impulso externo em aumento da massa de salários e logo em procura maior de artigos de consumo. A produção destes é incrementada dada a existência de mão-de-obra e terras subutilizadas, especialmente nas zonas de atividade de subsistência. Assim, melhora a utilização de fatores já existentes no País e aumenta a produtividade fora da unidade produtora-exportadora. A massa de salários pagos no setor exportador constitui pois o núcleo de uma economia de mercado

interno. Como assinala Furtado, quando convergem certos fatores, o mercado interno tem condições de crescer mais intensamente que a economia de exportação, ainda que o impulso de crescimento se origine nesta última (HEB, p.152). É importante notar que, com o aumento dos preços externos, que é a forma como o impulso externo primeiro se apresenta, crescem os lucros que se tratam de inverter em novas plantações. Como há elasticidade de oferta de mão-de-obra e abundância de terras, a expansão não é afetada por aumento de salários ou da renda da terra. Entretanto, o deslocamento da força de trabalho para as regiões mais dinâmicas eleva o salário real médio do conjunto da economia. A existência dessa massa amorfa de mão-de-obra formada no País ao longo dos séculos anteriores foi assim fundamental para o desenvolvimento de um novo sistema econômico baseado no trabalho assalariado. Além disso, como a população crescia muito mais rapidamente no setor monetário que no conjunto da economia, a massa de salários monetários, que é a base do mercado interno, aumentava mais que o produto global.

Para compreender a dinâmica dessa economia baseada no trabalho assalariado, assinalem-se alguns dos problemas postos ao seu funcionamento. O primeiro é a impossibilidade de adaptar-se às regras do padrão-ouro que forma a base da economia internacional no período, dadas a elevada participação relativa de um país como o Brasil, exportador de produtos primários no comércio internacional, e a dependência da economia das exportações, que a tornava sujeita a oscilações muito mais agudas. Numa economia como a nossa, um brusco desequilíbrio no balanço de pagamentos conduziria a uma grande

redução no meio circulante, traumatizando o sistema, dado o alto coeficiente de importações da economia. Esse tipo de problema está ligado ao regime de trabalho assalariado, quando a procura monetária cresce mais que as exportações, abrindo a possibilidade de desequilíbrio externo. Assim, ao crescer a renda criada pelas exportações, cresce a massa de pagamentos a fatores realizados dentro da economia, ampliando-se a renda primeiro pelo crescimento das exportações e em seguida pelo efeito multiplicador interno. Parte dessa renda aumentada terá de ser satisfeita por importações, segundo uma relação entre o aumento da renda e o das importações. Quando deflagra uma crise nos centros industriais, os preços dos produtos primários caem bruscamente, reduzindo as divisas com exportações do país dependente. Entretanto, o efeito dos aumentos anteriores no valor e volume das exportações continua a propagar-se lentamente. Há uma etapa intermediária em que a procura de importações continua crescendo enquanto a oferta de divisas se reduz bruscamente. A mobilização das reservas metálicas segundo as regras do padrão-ouro teria de assumir grandes dimensões, dada a alta participação das importações no dispêndio global e as flutuações muito grandes da capacidade para importar, aliando-se ao comportamento adverso da conta de capital nas etapas de depressão. A crise na economia de trabalho assalariado de tipo dependente revela-se pois em desequilíbrio inicial de grandes proporções no balanço de pagamentos e em piora nos termos de intercâmbio, bem como em problemas pelo lado da conta de capitais. O pleno funcionamento do padrão-ouro exigiria portanto imensas reservas metálicas, tornando-o difícil, o que é consequência da passagem da economia

exportadora escravista para o novo sistema baseado no trabalho assalariado.

Por outro lado, a grande desocupação ou subocupação de terra e mão-de-obra no País não cria nenhum estímulo ao aumento de produtividade física. O aumento da produtividade refletia elevações ocasionais de preços, que o empresário não repassava. Essas elevações de preços se manifestavam durante o ciclo econômico, sendo de se esperar que as flutuações dos preços de exportação se exprimissem em contrações e expansões da margem de lucro do empresário. Isto entretanto não ocorria, na medida em que o desequilíbrio da balança de pagamentos era corrigido através de reajustamentos da taxa cambial. Essa correção se fazia encarecendo-se os produtos importados e reduzindo sua procura dentro do País, sem necessidade de liquidar reservas de que o País aliás não dispunha. Assim, cortava-se o poder de compra dos consumidores de artigos importados elevando os preços destes e se dificultava a exportação de capitais. Ao mesmo tempo, a redução do valor externo da moeda implicava prêmio aos exportadores, num processo em que se transferia renda dos que pagavam as importações para os que vendiam as exportações, socializando-se as perdas que a crise tendia a concentrar nos lucros, dada a baixa elasticidade-renda da procura dos artigos essenciais utilizados pela massa consumidora por causa de sua essencialidade. Essa era uma forma natural de defesa da economia dependente na crise, resguardando-a da pressão esmagadora que vinha do exterior. Como indica Furtado, se a baixa dos preços de exportação se traduzisse em redução dos lucros do empresário, muitos teriam de interromper a produção do café ou as compras a pequenos

produtores locais, tendendo-se a paralisar uma grande parte da atividade econômica. Como não havia uso alternativo para a terra e a mão-de-obra, a perda total de renda seria de grandes proporções, ampliando-se o efeito depressivo por uma série de efeitos secundários sobre a economia de mercado interno. Dificilmente essa crise provocaria estímulos ao aumento da produtividade ou qualquer outro tipo apreciável de benefício econômico. Assim, qualquer que fosse a redução no preço internacional do café, era vantajoso à coletividade manter o nível das exportações, defendendo o nível de emprego e limitando os efeitos secundários da crise, pela socialização dos seus prejuízos.

No panorama da conformação e funcionamento da economia exportadora de trabalho assalariado ressalta-se a ampliação dos grupos de interesse, primeiro a nível regional, uma vez que as necessidades de ação administrativa no sul do País são cada vez maiores. A proclamação da República toma assim o aspecto de reivindicação da autonomia regional, e aos novos governos estaduais caberá nos dois primeiros decênios da vida republicana um papel fundamental na política econômico-financeira. Na esteira desse processo está a abertura de grandes facilidades de crédito que origina uma etapa de grande atividade econômica. A rápida expansão da renda leva a grande pressão sobre o balanço de pagamentos, declinando fortemente a taxa cambial. Essa depreciação da moeda provoca intranquilidade social e política, e os grupos exportadores terão crescentemente de enfrentar a resistência à queda de valor da moeda da classe média urbana, assalariados urbanos e rurais, produtores agrícolas, empresas estrangeiras que exploram

serviços públicos e os nascentes grupos industriais interessados mais em aumentar a capacidade produtiva que em proteção adicional. Abre-se assim um período de tensões entre os níveis de governo federal e estadual, refletindo a luta política entre os interesses dos exportadores agrícolas de um lado e, de outro, os novos grupos sociais de rendas não derivadas da propriedade, com crescente influência sobre o governo central.

Nesta etapa da formação econômica do País, ficam claros portanto a emergência de um mercado interno nucleado na massa de salários pagos no setor exportador, a tendência ao desequilíbrio externo que se manifesta com a procura monetária crescendo mais que as exportações e os mecanismos de defesa do nível de renda e emprego na crise da economia dependente centrados na desvalorização cambial. Esses elementos serão fundamentais para que se compreenda como após 1930 o mercado interno pôde se tornar o eixo dinâmico da economia. Sem negar as diferenças analíticas entre Furtado e Caio Prado Júnior, notemos que este também vê na primeira metade do século XIX um período de transição política criada com a Independência, e na segunda metade do mesmo século o momento em que o País, graças à dinamização das suas exportações, entrará num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. A par dessa ativação econômica, todavia, reforça-se contraditoriamente o estatuto colonial da economia brasileira na medida em que se reforçava seu papel de grande produtora de lavouras de exportação. Mas ao mesmo tempo, a abolição da escravidão e a imigração européia, refletindo no crescimento da população e do seu nível de vida, constituirão e ampliarão

um mercado interno pelo desenvolvimento do fator consumo no interior da economia em que antes prevalecia o elemento produção. Caio Prado Júnior nota também que a expansão do mercado interno teve a princípio de ser atendida com importações crescentes, o que se tornava cada vez mais difícil pelo desequilíbrio financeiro que provocava, traduzindo-se em desvalorização cambial da moeda. Parece-me assim que elementos centrais da análise de Furtado estão presentes, embora menos rigorosamente, na análise de Caio Prado Júnior.

Retomando a análise de Furtado, a primeira metade do século XX está marcada pela progressiva emergência de um sistema cujo centro dinâmico principal está assentado no mercado interno. Este processo está marcado em primeiro lugar pela crise da economia cafeeira. A crise tem suas raízes na tendência estrutural dessa economia à superprodução. Isto ocorre porque os empresários das economias exportadoras de matérias-primas, ao investirem, precisavam escolher entre um número limitado de produtos que entravam no comércio internacional. O produto com maior vantagem relativa no caso do Brasil era o café. Enquanto o preço do café não baixasse a ponto de anular essa vantagem relativa, as inversões tenderiam a se concentrar em sua produção, criando uma tendência ao seu crescimento independentemente do crescimento de procura. Em princípios do século configura-se a primeira crise de superprodução, que, dada a posição de grande produtor mundial do Brasil, pôde ser enfrentada contraindo-se artificialmente a oferta, retirando parte da produção do mercado, financiando-se essa operação com recursos externos. Isto ocorre num momento em que era impossível apelar para novas desvalorizações cambiais,

dada a extrema pressão sobre a massa de consumidores urbanos. Todavia, a defesa do café, ao manter firmes os preços e os lucros elevados, fazia com que as inversões no setor continuassem atraentes, pressionando cada vez mais a oferta. Esta pressão de oferta ocorre porque a demanda nos países industrializados cresce com a população e a urbanização mas sem sofrer influência do aumento da renda per capita nesses países. Configura-se pois um desequilíbrio estrutural entre oferta e procura, uma vez que não se podia esperar um aumento sensível da procura pela via da elevação de renda disponível para consumo nos países importadores nem se podia pensar em elevar o consumo baixando os preços. A única forma de evitar enormes prejuízos para os produtores e para o país exportador era retirar parte da produção do mercado, evitando que a oferta se elevasse acima da procura, mantendo um consumo per capita mais ou menos estável no curto-prazo. Criava-se assim uma situação insustentável, aprofundando-se cada vez mais o desequilíbrio entre a oferta e a procura. Por outro lado, a manutenção de preços elevados do café estimulava sua produção em outros países, destruindo a posição semimonopolística que permitia ao Brasil manter a política de valorização.

Com a crise de 1929 conjugava-se uma oferta que havia crescido fortemente com uma crise pelo lado da procura, ao mesmo tempo em que as condições do mercado internacional de capitais tornava impossível o financiamento de retenção de novos estoques. A defesa da economia cafeeira se deu em primeiro lugar pela queda do valor externo da moeda, transferindo o grosso das perdas ao conjunto da coletividade pela alta de preços das importações. Em segundo lugar buscou-se

forçar o mercado logrando-se aumentar em 25% o volume físico exportado entre 1929 e 1937. Ainda assim, uma parte apreciável da produção ficava sem possibilidade de colocação no mercado. Todavia, a depreciação da moeda induzia o empresário brasileiro a continuar colhendo o café mantendo a pressão sobre os preços e originando nova depreciação da moeda, agravando a crise. Como a depreciação da moeda era menor que a baixa de preços do café, por ser influenciada também por outros fatores, chegar-se-ia a um ponto em que os prejuízos com o café induziriam o abandono das lavouras, restabelecendo-se somente então o equilíbrio entre a oferta e a procura do produto. A depreciação cambial, portanto, não mais funcionava como mecanismo efetivo de defesa da economia cafeeira nas condições criadas com a crise de 29. Era necessário evitar que os estoques invendáveis pressionassem sobre os mercados, provocando maiores baixas de preços, o que se fez retendo e destruindo parte da produção cafeeira, financiando-se a operação com recursos internos.

Esta política implicava manter o nível de emprego na atividade exportadora e, indiretamente, nos setores ligados ao mercado interno na medida em que, evitando-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia. Embora os preços pagos aos produtores de café hajam se reduzido à metade, a quantidade produzida de café cresceu, fazendo com que a redução da renda monetária entre 1929 e o ponto mais baixo da crise, em 1932, fosse relativamente pequena face à de outros países. A política de defesa do setor cafeeiro constituiu-se, assim, num programa de fomento da renda nacional e numa

política anticíclica de maior amplitude que a seguida por qualquer país industrializado. A recuperação da economia observada a partir de 1933 não se deve pois a nenhum fator externo e era um produto da defesa dos interesses cafeeiros. A acumulação de estoques financiada dentro do País, com base em uma expansão de crédito, representava uma criação de renda que se somava à renda criada pelo gasto em consumo e inversão, evitando-se uma queda mais profunda da procura nos setores que dependiam indiretamente da renda criada pelas exportações. A diferença entre a inversão líquida e a acumulação de estoques invendáveis de café residia em que aquela criava capacidade produtiva e esta não, mas esse é um aspecto secundário nos momentos de depressão, nos quais é muito mais importante utilizar a capacidade produtiva ociosa pela criação de demanda efetiva para aumentar essa capacidade produtiva.

A política de fomento da renda resultava em um desequilíbrio externo que tendia a se aprofundar, na medida em que a criação de meios de pagamento para financiar os estoques criava uma renda acrescida pelo multiplicador e induzia a uma demanda por importações que as divisas geradas pelas exportações não podiam cobrir. Esse desequilíbrio era corrigido pela depreciação do poder aquisitivo externo da moeda, reduzindo o coeficiente de importações da economia. Essa renda que não podia ser dispendida em importações ficava represada no País, pressionando os produtores internos. A procura interna passa, assim, a ter uma importância crescente como elemento dinâmico, na proporção em que se mantinha mais firmemente que a procura externa, oferecendo melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. O setor ligado ao mercado interno,

passa, dessa forma, a ter preponderância no processo de formação de capital. Nos quinze anos que se seguiram à crise, a capacidade produtiva dos cafezais foi reduzida à metade com a fuga dos capitais que se formavam nesse setor, e a quase supressão dos gastos de manutenção e reposição. Grande parte desses capitais foi absorvida por outras atividades agrícolas de exportação, mas o fator dinâmico principal passa a ser o mercado interno. A manutenção de um elevado nível de procura, represada na maior parte dentro do País, pelo corte das importações, elevou a taxa de rentabilidade das atividades industriais e agrícolas ligadas ao mercado interno, que crescem impulsionadas por maiores lucros e pelos capitais que migravam do setor exportador. Embora a capacidade para importar equipamentos pelos setores de mercado interno haja se reduzido com a depreciação da moeda, o fator mais importante na primeira fase de expansão da produção foi o aproveitamento mais intenso da capacidade instalada, criando os fundos necessários à expansão subsequente graças à alta rentabilidade. Além disso, apresentou-se a possibilidade de adquirir a baixo preço no exterior equipamentos de segunda mão de fábricas atingidas pela recessão industrial.

A expansão da produção para o mercado interno refletiu-se em crescimento da procura de bens de capital, o que, aliado aos altos preços desses bens provocados pela depreciação cambial, criou condições para a instalação no País de uma indústria de bens de capital. A procura de bens de capital cresceu num período em que eram reduzidas suas possibilidades de importação, criando estímulo para a produção desses bens numa economia dependente como a brasileira. A economia

brasileira havia portanto encontrado estímulos dentro de si mesma para anular os efeitos depressivos vindos de fora bem como para fabricar parte dos materiais necessários à reposição e expansão de sua capacidade produtiva. Fica claro, pois, que a expansão da produção de café e os planos de defesa do governo responderam em grande parte pela manutenção da renda real do setor exportador. Manteve-se assim a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador, o que, associado ao grande encarecimento das importações, à existência de capacidade ociosa em indústrias ligadas ao mercado interno e de um embrião de indústrias de bens de capital, explica o rápido crescimento da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação de renda. Esta mudança só foi possível na medida em que, baixando fortemente a capacidade para importar, foi necessário estabelecer um novo nível de preços relativos entre artigos de produção interna e artigos importados. As indústrias destinadas a substituir importações só se desenvolveram com base nesse novo nível de preços relativos, o que significa que a taxa de câmbio passou desde então a ser uma peça fundamental no funcionamento da economia, que não podia ser abandonada às contingências de maior ou menor disponibilidade de divisas. A economia pedia um mecanismo de ajuste e de defesa que era central na estrutura econômica com raízes coloniais, o que se manifestará nos anos 40 com a guerra.

Portanto, para Furtado, a transição para uma economia cuja dinâmica é dada pelas atividades industriais ligadas ao mercado interno, implicando o processo de industrialização, representa o estágio final de transição para a economia

nacional, estúdio no qual desempenha papel crucial a política econômica pós 30. Retomando agora a análise de Caio Prado Júnior, vemos que a primeira metade do século XX é dividida num primeiro período, que vai na verdade desde a instauração da República até 1930 e o período posterior. No primeiro, assiste-se ao apogeu da economia exportadora de produtos tropicais e matérias-primas, centrada no café sobretudo, graças a um conjunto de fatores externos, como o grande incremento do comércio internacional e a ação da grande finança e dos interesses comerciais estrangeiros, e de fatores internos, como o espírito burguês liberado pela proclamação da República e a solução encontrada para o problema da mão-de-obra. Todavia, a concentração das atividades econômicas nesses produtos de exportação logo revela o seu limite na tendência às crises de superprodução manifestadas já no início do século. O desequilíbrio externo, entretanto, contribui para a diferenciação das atividades econômicas e produtivas do País, enfrentando a dependência excessiva de importações e atingindo sua expressão máxima no desenvolvimento da indústria manufatureira. Esta é estimulada pela queda constante do câmbio e pela elevação das tarifas alfandegárias. A indústria crescerá sobretudo nos momentos de declínio das importações e do câmbio, como ocorre durante a I Guerra, passando progressivamente a ocupar um papel indispensável no funcionamento normal da economia brasileira. Nos períodos de conjuntura favorável às finanças externas, a indústria sofre fortemente a concorrência de mercadorias estrangeiras, como entre 1924 e 1930. O crescimento industrial gera-se sobretudo graças à instalação de subsidiárias de grandes empresas estrangeiras, montando no País

prolongamentos de suas filiais na forma de seções de acabamento de seus produtos, mas passando em certos casos, depois da I Guerra, a suprir com fabricação própria a sua própria produção. Esta indústria estrangeira será a principal responsável por uma indústria de base, no período, embora ainda incipiente. Marca todo esse período a ação do imperialismo, que embora apresente um conjunto de aspectos negativos, ajudou a entrosar o País no mundo contemporâneo, realizando aqui grande parte de seu progresso.

A crise de 29 abre um novo período, o período final de superação da antiga economia colonial, quando fica patente que a economia e a vida do País não se podiam mais manter à base do sistema produtivo tradicional, crescendo fortemente a produção substitutiva de importações. Ganha força, assim, o setor nacional da economia brasileira, aquele destinado a atender o mercado interno, especialmente no que tange à produção manufatureira. Nesse período, os limites das possibilidades de exportações de produtos primários ficam claros, e o desequilíbrio das finanças externas refletir-se-á numa nova relação de preços internos e externos devido à desvalorização cambial, estimulando a produção substitutiva. Nesse sentido, a economia passa crescentemente a se estruturar com base nas próprias necessidades da população brasileira, e não de interesses estrangeiros. A passagem para a economia nacional, contudo, não se faz completamente. Assim, a indústria se desenvolverá sem um plano de conjunto, objetivando atender alguma necessidade incapaz de ser atingida por importações, indústrias de base se mostrarão ainda insuficientes e débeis, e a depreciação cambial onera as importações de equipamento,

resultando numa indústria envelhecida tecnologicamente, e os setores atendidos pela indústria substituta são os de maior poder aquisitivo, deixando à margem o atendimento das necessidades da massa da população. Esses vícios se reforçam pela ação do imperialismo, que molda a industrialização brasileira aos seus interesses, e contribui para o reforçamento do antigo papel exportador pelo fato de as divisas necessárias à sua remuneração serem aquelas obtidas com as exportações de produtos primários.

Fica claro, assim, que para Caio Prado Júnior o ano de 1930 marca o início da etapa decisiva da constituição da economia nacional, mas esta etapa ainda não se encerrou, na medida em que persistem os problemas da dependência e da pobreza da massa de população, aspectos que, apesar de todas as aproximações entre a análise de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, este desdenha em *Formação Econômica do Brasil*.

5 CRÍTICA À MATRIZ TEÓRICA

Não pretendo fazer aqui uma crítica dos muitos problemas que a historiografia de Caio Prado Júnior suscita, e que propõem um sem-número de discussões específicas. Por isso, limito-me a reunir alguns elementos, apenas, para a crítica de sua matriz teórica do desenvolvimento capitalista no País. Tanto mais que, como deve ser consensual, diante dos muitos problemas apresentados neste desenvolvimento tais como se colocavam nos anos decisivos da conformação daquela matriz, o autor reuniu, numa visão que vai do exame da "longa duração" às questões da conjuntura, os aspectos cruciais da economia e sociedade brasileiras de forma integrada e ordenada. Na verdade, Caio Prado foi um dos poucos pensadores a tentar tal cometimento em qualquer época, no Brasil, e a desdobrá-lo em propostas (e militância) políticas.

Examinando seus conceitos fundamentais, destaco inicialmente o de economia colonial, construído a partir da forma de inserção da economia brasileira no período da revolução comercial européia, dando conta de uma estrutura produtiva voltada para o atendimento de mercados exteriores e calçada na grande lavoura monocultora de produtos tropicais e no trabalho compulsório. Se o conceito procura, acertadamente, destacar a especificidade da formação social brasileira, mesmo quando aplicado apenas ao período colonial ele é problemático e insuficiente para apanhar a relação entre um momento decisivo de transição ao capitalismo na Europa e o mundo colonial. Isto

porque a produção mercantil escravista na América é um componente da estrutura heterogênea comandada pela acumulação do capital comercial europeu apoiado no Estado e na violência extra-econômica, na qual coexistem a agricultura mercantil parcelar, a agricultura capitalista com produção de larga escala, o artesanato, o *putting-out*, a manufatura e a produção colonial. Como assinala Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, em seu excelente trabalho *O Processo de Industrialização - do Capitalismo Originário ao Atrasado*, a esta heterogeneidade de formas de organização da produção corresponde a heterogeneidade das relações de produção, a saber, o escravismo ou servidão coloniais, o produtor direto independente da agricultura parcelar e do artesanato, e o assalariado de manufatura ou da agricultura capitalista. Segundo o professor Alonso,

A articulação destas unidades heterogêneas é realizada pelo capital comercial. Assim, é o capital mercantil que estimula a produção mercantil em áreas de economia natural, comanda o trabalho no *putting-out*, expande mercados para o artesanato, para a manufatura e para a agricultura capitalista, funda e amplia, sob seu comando, o antigo sistema colonial. (p.25)

Neste sentido, a noção do "sentido da colonização" e o conceito de economia colonial não chega às articulações entre a exploração colonial com o processo de transição ao capitalismo na Europa. Como assinala Fernando Novais no artigo referido acima, essas articulações mostram a colônia não apenas na sua feição comercial, mas como um canal de acumulação primitiva no centro do sistema:

Ultrapassar-se-ia a visão da exploração da colônia pela metrópole, pois na metrópole há uma camada social específica que se beneficia do processo, a burguesia mercantil, a qual explora também seus compatriotas, bem como, na colônia, o senhorio consegue descarregar o ônus sobre o trabalho compulsório de produtores servilizados ou escravizados. Assim se reformularia e aprofundaria a visão de conjunto. Contudo, insistimos, esta é uma crítica que parte da análise de Caio Prado Júnior e a incorpora" (p.20).

Ao mesmo tempo, como assinala João Manuel Cardoso de Mello em *O Capitalismo Tardio*, a passagem ao "capitalismo industrial" instaura novas relações, agora contraditórias, entre a economia colonial e o capitalismo. A produção colonial cede lugar à produção de uma periferia, que, ainda mantendo seu caráter mercantil e complementar, tem outro "sentido", porque se requer agora não mais produtos agrícolas coloniais e metais preciosos, mas sim alimentos e matérias-primas produzidos em massa pelo conjunto da periferia para baratear a reprodução da força de trabalho e o custo dos elementos constitutivos do capital constante. Elimina-se, no mesmo processo, o lucro comercial monopolista, pela subordinação de capital mercantil ao industrial e se propõe à periferia a transição ao trabalho assalariado. A adequação do conceito de economia colonial após a revolução industrial inglesa e após a constituição de um Estado nacional mostra-se pois bastante discutível, ainda que a produção periférica continue se constituindo em produtos tropicais e a basear-se na grande lavoura monocultora, e mesmo no trabalho escravo cuja manutenção era agora uma decisão nacional.

O decisivo, com a queda do monopólio metropolitano do comércio e a formação do Estado-Nação é a possibilidade de nacionalizar a apropriação do excedente e a internalização da decisão de investir. A internalização da acumulação de capital e o controle nacional do sistema produtivo explicam-se pelo surgimento da economia cafeeira simultaneamente à revolução industrial, bem como pela precocidade do desenvolvimento do capital mercantil nacional e da formação do Estado-Nacional, como indica ainda o Professor João Manuel na obra citada

(p.52). Este período, assim, assinala a transição de uma economia colonial para uma economia mercantil-escravista, na qual há um capitalismo formal, uma vez que, se a produção é mercantil e o lucro o móvel da produção, revitaliza-se a escravidão e a produção é dominada pelo capital mercantil nacional, isto é, não se constituem nem relações capitalistas de produção nem forças produtivas capitalistas no sentido de dominação da acumulação pela grande indústria.

É evidente que Caio Prado Júnior percebe as mudanças e as considera marcos importantes na transição da economia colonial para a nacional, tal como ele entende esses conceitos, com a formação do Estado-Nação soberano: o estímulo à produção no Brasil, que passa a conviver com outras referências culturais e materiais, os obstáculos crescentes opostos ao trabalho servil, a possibilidade de o Estado dirigir políticas monetária e creditícia, impor tarifas, etc., mas ele trata essas modificações de modo insuficiente, não como o momento inicial de constituição de um capitalismo nascido na periferia e com ponto de partida na colônia, mas como uma metamorfose da economia colonial, cuja essência teria se mantido intacta. Na verdade, como vimos acima neste trabalho, a economia colonial para Caio Prado se modificará, evoluirá, mas sua "qualidade" (usando uma expressão sua) será mantida, apesar de todas as rupturas que anunciam progressivamente a economia nacional.

Passemos agora ao conceito de economia nacional, cuja crítica rigorosa exigiria a reconstituição de todas as relações que Caio Prado Júnior leva em conta, ao tratar da dinâmica econômica e social das economias maduras que ele considera ao formular seu conceito, entre investimento, consumo, progresso

técnico, concorrência inter-capitalista e crescente homogeneidade social. O conceito é construído em duas direções complementares: a noção de estrutura industrial integrada, na qual consumo e produção se alimentam mutuamente, e a noção de um organismo produtivo voltado para o atendimento das necessidades fundamentais da população que trabalha e vive no País.

Pensando na primeira direção, o conceito de estrutura industrial integrada a meu ver não dá conta da dinâmica de uma economia madura ao supor uma dominância do consumo - e se pensa sobretudo no consumo de assalariados - sobre a produção. Assim, para Caio Prado, no ciclo, é o aumento da produção acima das possibilidades de consumo que provoca a crise, a partir da crescente contraposição entre trabalhadores e capitalistas no auge, que conduz à elevação do nível tecnológico e à ativação da concorrência inter-capitalista, implicando uma tendência à concentração e centralização do capital, cujas exigências levam a um desequilíbrio entre uma produção crescente e um consumo que não acompanha o crescimento da produção. Na crise, por outro lado, o elevado padrão de consumo da população constitui-se num piso ao declínio da produção, minimizando as flutuações cíclicas e criando condições para uma nova etapa de crescimento da produção.

Esta análise, na verdade, é estranha à análise de Marx. Para este, o valor da produção dos meios de produção, numa economia madura, cresce mais rapidamente que o valor da produção dos bens de consumo, dado o mecanismo de concorrência inter-capitalista e a introdução de progresso técnico, que provoca o aumento da produtividade do trabalho. Noutros termos,

o setor produtor de bens de produção cresce mais rapidamente que o de bens de consumo. Isto não significa entretanto que a crise esteja às portas, o que depende da natureza e da estrutura do capital, mas sim que no capitalismo maduro o consumo pessoal joga um papel subordinado e que a ampliação do mercado interno vincula-se sobretudo aos movimentos do consumo produtivo. Por outro lado, o consumo pessoal não minimiza a flutuação cíclica, que no capitalismo plenamente constituído passa a depender crescentemente de fatores externos ao mercado.

Na outra direção, se é tentado a indagar sobre a natureza das "necessidades básicas e fundamentais da população". Como se sabe, os países socialistas orientaram seus padrões de produção e consumo à solução prioritária das necessidades básicas de sua população, padronizando a produção. Nos países capitalistas, todavia, como assinala Maria da Conceição Tavares, em seu artigo "Problemas de industrialização avançada em capitalismo tardios e periféricos", o eixo básico da expansão capitalista moderna foi a diferenciação do consumo, correspondendo a uma forma avançada de consumo material, com base na grande empresa internacionalizada, forma à qual todas as populações do mundo aspiram. Penso, a partir daí, levando em conta a posição de Caio Prado Júnior contra o movimento de abertura da economia às transnacionais nos anos cinquenta e depois, que, se sua proposição de satisfação de necessidades básicas não é uma mera proposição abstrata, o seu conceito de economia nacional coloca uma proposta próxima à de uma economia socialista, e não capitalista. Voltamos com isso ao problema da natureza da economia nacional que entrevimos no primeiro capítulo.

Se a construção do conceito de economia nacional parece-me frágil, ela tem o mérito de apontar problemas, relacionados com o carácter atrasado das relações de produção, o impacto desse atraso sobre a questão agrária, a má distribuição de renda, a pobreza e o atraso social. Num sentido que vai ao encontro das posições de Caio Prado, Maria da Conceição, no artigo citado, observa que

Estes problemas não parecem ter solução sem um avanço declarado na questão da democratização substantiva de nossas sociedades, que implicam um avanço do controle político das massas sobre os aparelhos de Estado, em todos os níveis, e um processo de planificação económica distinto das experiências conhecidas.

Todavia, nesse sentido o conceito de economia nacional possui um conteúdo valorativo e programático que ultrapassa em muito sua importância como uma categoria central na explicação do desenvolvimento capitalista tomado em si mesmo.

Se isto é verdade, a própria concepção de desenvolvimento de Caio Prado como rupturas parciais com a ordem colonial e como a expressão da dinâmica e do sentido profundo da história do País, seja no plano da evolução social, seja no plano económico, perde sua força analítica, e sua periodização, embora aponte corretamente os marcos gerais da configuração do capitalismo no plano mundial, ou das nações de capitalismo maduro, bem como os marcos internos mais significativos, como a independência, a introdução do trabalho assalariado e a crise da economia cafeeira em 1930, deve ser reinterpretada como momentos da formação de um capitalismo tardio nas condições específicas da história brasileira.

Nesse sentido, pensar a formação do capitalismo brasileiro exige a consideração dos condicionantes históricos que a presidem, bem como a fuga do evolucionismo linear e do teorismo dos modelos de desenvolvimento, como sempre

reivindicou Caio Prado. É preciso, no entanto, atentar para a seguinte conclusão de Carlos Alonso Barbosa de Oliveira:

[....] vimos que a evolução do capitalismo em diferentes nações não constitui uma mera reprodução dos processos ocorridos nas nações avançadas. Vimos também que a evolução dos diversos capitalismo nacionais não é mero reflexo da economia mundial, ou seja, que as economias nacionais guardam certas especificidades. Por outro lado, indicamos que a gênese do capitalismo em cada nação é determinada pelas "circunstâncias históricas" nas quais este processo está imerso. Vale dizer, a formação do capitalismo em cada nação está determinada, em primeira instância, pelo passado, pela estrutura econômica e social que precede o capitalismo; mas este processo é também determinado, em última instância, pela etapa vivida pelo capitalismo a nível mundial.

Assim, são as circunstâncias históricas (locais e internacionais) que determinam a especificidade dos processos de formação do capitalismo em diferentes nações. E assim podemos concluir que as especificidades não são absolutas, isto é, não se trata de entender cada país como um caso particular. Na verdade a identificação das circunstâncias históricas nos permite reduzir a multiplicidade dos capitalismo nacionais a certos padrões de formação de capitalismo em diferentes nações. Por isso mesmo, podemos denominar de capitalismo originário (Inglaterra) ao capitalismo que se conforma num mundo ainda imerso na era da acumulação primitiva e num país de passado feudal. De capitalismo atrasado (Alemanha, França, etc.) àquele capitalismo que se constitui na etapa concorrencial do capitalismo em países de passado feudal. De capitalismo tardio (países da América Latina) ao capitalismo que se forma na etapa monopolista do capitalismo, em nações de passado colonial (p.61).

Dadas essas observações, percebe-se que, em Caio Prado, a dinâmica da transição da economia colonial à nacional, quando analisada num plano complexamente construído, nos níveis políticos social e econômico, como análise da totalidade - o que só foi plenamente realizado em *Formação do Brasil Contemporâneo* -, supõe uma capacidade de o padrão de desenvolvimento aqui conformar uma estrutura social, econômica e política com os contornos de uma "nação" que é extremamente problemática. Isto porque se colocam problemas derivados da heterogeneidade industrial e da dependência tecnológica, bem como desajustes econômicos e sociais inerentes à introdução de estruturas produtivas centradas na diferenciação de bens duráveis, além de um funcionamento dos mercados urbanos de trabalho centrado na segmentação e marginalização. Todos esses problemas, levantados por Maria da Conceição Tavares no artigo

citado, tem uma raiz na industrialização tardia, e o próprio Caio Prado foi um dos primeiros a notar a heterogeneidade industrial, os padrões de produção e consumo ligados ao consumo conspícuo e a industrialização desequilibrada como problemas à consecução da economia nacional.

Estes problemas, entretanto, têm também uma raiz, em primeira instância, no atraso econômico, político e social do País, dada sua própria formação histórica e seus rebatimentos sobre a questão agrária, o emprego e a organização política do Estado, os quais Caio Prado foi pioneiro em apontar e estudar. Ou seja, além dos problemas de uma industrialização tardia, há especificidades na nossa formação que repõem continuamente sob formas novas o passado.

Na medida em que o desenvolvimento do capitalismo avança, torna-se crescentemente difícil realizar uma análise da dinâmica como análise da totalidade, mesmo para um autor do porte de Caio Prado, dada a complexidade dos problemas envolvidos. Mas mesmo que seu foco de atenção se restrinja, ele se mostrará sempre otimista quanto às possibilidades da "revolução brasileira", revelando-se um autor mais empobrecido e utópico. Já em *História Econômica do Brasil* há um empobrecimento da análise que, pretendendo centrar-se nos nexos econômicos do desenvolvimento, e não nos políticos e sociais, não tem o rigor analítico que virá a mostrar Celso Furtado e muito menos a construção de uma periodização e de uma dinâmica centradas no padrão de acumulação de capital dominante em cada período, como faria, nos anos setenta, João Manuel Cardoso de Mello. Ao mesmo tempo, como não refaz os nexos sociais e políticos, passam a escapar-lhe aspectos importantes do

desenvolvimento, como, por exemplo, o papel do Estado no processo de recuperação da crise do início dos anos trinta e as opções políticas ao desenvolvimento no pós-guerra, e sua crítica à "opção" pelo capital produtivo externo no período JK não mostra toda a complexidade dessa opção.

Grande parte desses problemas não poderia ser evitada, uma vez que o marxismo crítico pós-CEPAL, de que vimos falar Fernando Novais na introdução a este trabalho, nasce, rigorosamente, na década de setenta, quando se difunde por exemplo a obra de Kalecki e há uma reavaliação da leitura de Keynes, livrando-a de sua neoclassização. De qualquer forma, fica claro que Caio Prado tem uma visão pequena sobre o processo de constituição do capitalismo como Marx e Lênin o pensaram, sobre o significado em Marx de forças produtivas capitalistas e endogenização da acumulação, a concepção de ciclo, etc. Caio Prado escreve o núcleo central de sua obra nos anos trinta e quarenta, quando o Brasil dava seus primeiros passos no processo de industrialização e o pensamento acadêmico era restrito, além do pensamento marxista ser em larga medida o alheio à realidade nacional. Caio Prado posteriormente não se renovou, permanecendo preso à sua matriz teórica inicial.

CONCLUSÃO

Escrevendo a partir dos anos trinta, anos de profunda renovação política, social e cultural no Brasil, Caio Prado Júnior tem em comum com outros grandes autores do período a preocupação com a passagem de uma sociedade marcada pelo seu passado colonial a outra, capitalista, caracterizada pela democracia, a coesão social, a cessação da miséria e a industrialização calçada no capital nacional e no poder ordenador do Estado. Embora o trabalho de Roberto Simonsen como historiador econômico preceda cronologicamente ao de Caio Prado, seu valor analítico é praticamente nulo. Nosso autor surge, assim, como um pioneiro na explicitação teórica do desenvolvimento capitalista no Brasil, desde seu ponto de partida, a crise da economia colonial, até a desejada e contraditoriamente construída economia nacional.

Elaborando com originalidade e espírito crítico seus conceitos básicos, construindo uma periodização que leva em conta o estágio do desenvolvimento do capitalismo nos países avançados, articuladamente com os momentos decisivos da formação econômica e social brasileira, o autor pôde propor uma concepção de desenvolvimento complexamente construída, indicando como a crescente complexidade do processo produtivo, a progressiva homogeneização social, com o trabalho livre e o crescimento do mercado de trabalho industrial, e o crescimento do mercado interno levam progressivamente ao desenho da nação e à superação dos remanescentes coloniais.

Seu conceito de revolução é o de rupturas sucessivas com aqueles remanescentes nascidas nas circunstâncias e especificidades do desenvolvimento brasileiro, e aponta para a consecução final do projeto nacional, partindo do estágio já atingido por esse mesmo desenvolvimento. O programa da revolução apontará para a superação do atraso nas relações de trabalho e emprego no campo, para a reforma agrária destinada a ampliar o mercado interno e supri-lo com gêneros de consumo interno, pelo controle do comércio exterior e das remessas de lucros pelo Estado, bem como por uma intervenção estatal rigorosa no livre curso da iniciativa privada, como forma de integrar e dar bases sólidas à indústria. Os supostos dessa revolução serão as classes populares no campo e na cidade, dado o comprometimento das camadas burguesas com o imperialismo, sem significar uma ruptura com o capitalismo, mas um relacionamento entre classes e segmentos sociais voltado para uma solidariedade orgânica.

Caio Prado Júnior trabalha com as ferramentas do historiador, não possuindo um aparato analítico baseado na teoria econômica, ao contrário de Furtado, cujos conceitos fundamentais e periodização são idênticos aos de nosso autor. Sua visão, se procura sistematizar uma reflexão sobre a história brasileira, não desvenda a progressiva complexidade que se coloca ao projeto nacional nos marcos de um capitalismo tardio e do formato político do Estado brasileiro, e que uma noção de padrão de acumulação ajudaria a compreender. Por isso, sua obra perde densidade à medida que avança o desenvolvimento, resvalando para um otimismo injustificado e para a utopia.

Todavia, a proposta de conclusão do processo de constituição da nação nos moldes em que foi pensado pelo autor é mais uma proposta e uma derrota políticas que uma visão equivocada da história. Assim, são atuais as preocupações por ele levantadas, como a dependência externa e a inserção do conjunto da população no teor de vida material e cultural próprio das populações dos países desenvolvidos. E aí se colocam as questões do avanço da democracia, da modernização das relações de trabalho, do planejamento e articulação do desenvolvimento pelo Estado e outras que Caio Prado, historiador, levantou, e gerações de economistas e homens de Estado maltrataram ou ignoraram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal : ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo : UNESP : Brasiliense, 1989.
- 2 FERNANDES, Florestan. Obra de Caio Prado nasce da rebeldia moral. *Folha de S.Paulo*, 7 set.1991. Caderno 6, p.5.
- 3 FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 21.ed. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1981.
- 4 FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 12.ed.rev. São Paulo : Ed.Nacional, 1974.
- 5 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 7.ed. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1973.
- 6 MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio : contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. Campinas : s.n., 1975. Tese (Doutorado) UNICAMP.
- 7 MOTA, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos : tentativa de avaliação crítica. *Debate & Crítica*, São Paulo, mar. 1975.
- 8 NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777/1808)*. São Paulo : HUCITEC, 1979.
- 9 _____. *Caio Prado Júnior na historiografia brasileira*. In: MOARES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- 10 OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *O processo de industrialização : do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas : UNICAMP, 1986. Tese (Doutorado) UNICAMP.
- 11 PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1947.
- 12 _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20.ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- 13 _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo : Círculo do Livro, s.d.
- 14 _____. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1979.

- 15 _____. *A revolução brasileira*. 5.ed. São Paulo : Brasiliense, 1977.
- 16 _____. *História e desenvolvimento*. São Paulo : Brasiliense, 1972.
- 17 _____. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1960.
- 18 _____. *O mundo do socialismo*. São Paulo : Brasiliense, 1960.
- 19 _____. *História*. Org. por Francisco Iglésias. São Paulo : Ática, 1982. (Coleção grandes cientistas sociais, 26).
- 20 SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 8.ed. São Paulo : Ed. Nacional, 1978.
- 21 TAVARES, Maria da Conceição. *Problemas de industrialização avançada em capitalismo tardios e periféricos*. s.l. : s.n., 1981.
- 22 VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1973.